



SIMONE BERNARDI, ARTEFATO/ARTEFATO - 2002/2003

Como conduzirmos, num contexto complexo, frente à chantagem dos “mercados”, uma campanha que seja vitoriosa aos objetivos que definem a existência do partido?

Coordenação Nacional da DS

NESTA EDIÇÃO:

A necessária mudança de rumo

Por João Machado e Carlos Schmidt.

Páginas 8 e 9

Crise de dominação e terrorismo

Por Eduardo Lucita.

Página 11

O plebiscito sobre a ALCA

Por Nalu Faria.

Página 16

PT E ELEIÇÕES 2002

Temos acompanhado com preocupação os rumos que a maioria da direção partidária vem dando à campanha eleitoral, em particular à disputa presidencial e a algumas campanhas estaduais. A definição da aliança prioritária com um partido de direita, o Partido Liberal, a forma como algumas de nossas definições programáticas mais caras vêm sendo descaracterizadas e a violação do sentido da nossa democracia interna são problemas vitais para o papel que o PT se propõe desempenhar na sociedade brasileira.

O problema de fundo é como conduzirmos, em um contexto complexo, frente à chantagem dos “mercados”, uma campanha vitoriosa – eleitoral e politicamente – para os objetivos que definem a existência do nosso partido: ganharmos o governo central para impulsionarmos uma revolução democrática no Brasil, coerente com a proposta de sociedade que até hoje sempre reafirmamos em nossas definições.

É preciso reafirmar: as eleições devem ser para nós momentos de disputa aberta por outra proposta de sociedade. É esta disputa que pode nos permitir, na luta política, construir força tanto para elegermos nossos candidatos quanto para (possibilitar a aplicação de nosso programa) fazê-lo de forma que possamos

aplicar nosso programa. Se não construirmos no processo eleitoral identificação com nossas propostas, clareza de quem são os adversários do povo, poder convocatório e capacidade hegemônica, tornamo-nos reféns de nossos adversários e, na hipótese de chegarmos ao governo, não poderemos romper com a poderosa teia de poderes que circunscrevem e determinam a lógica e o rumo das políticas neoliberais.

Nas eleições de 2002, para Presidência da República, Câmara Federal, governos dos estados e assembleias legislativas, discute-se qual Nação construiremos no século XXI.

Um elemento determinante deste processo, particularmente da disputa presidencial, é a evolução econômica do país. O Governo Federal tem buscado esconder sua responsabilidade na crise e impedir o debate de alternativas de fundo. Vem utilizando o terrorismo econômico para favorecer seu candidato e forçar a oposição popular a curvar-se aos interesses dos mercados financeiros. O mesmo governo que foi responsável pelo agravamento da dependência, que deu aos chamados “mercados” um enorme poder de pressão, aparece cinicamente cobrando da oposição “compromissos com a manutenção do caminho correto”, na gestão da economia.

De forma combinada, as declarações do presidente do Banco Central dos EUA, Alan Greenspan, do ex-vice diretor do FMI, Stanley Fischer, e do mega-especulador George Soros, dentre muitos outros, sobre o “*impacto negativo para os mercados*” da candidatura Lula, demonstram tanto que nossos inimigos não vacilam em nos tratar como inimigos, quanto que estão empenhados em garantir a continuidade no Brasil da ditadura do capital e dos mercados internacionais (sobretudo norte-americanos).

Por outro lado, o candidato governista apresenta-se às eleições com um discurso em que se articula *continuidade e mudança*. Aparece na sua fala tanto a “*defesa da estabilidade econômica*” quanto as idéias de “*políticas de crescimento*” e de “*redistribuição de renda*”. Ele procura, desta maneira, dialogar com o crescente questionamento do neoliberalismo e enfrentar, de forma oportunista, a aceitação crescente pela população do discurso e das políticas públicas levadas adiante pelas organizações populares, notadamente pelos partidos e administrações de esquerda.

Entretanto, as modificações no receituário neoliberal, propostas pelo candidato do governo e pelos partidos burgueses, não vão além dos marcos do mesmo paradigma. Delas não resultariam alterações significa-

tivas no bloco de classes hegemônico ou mudanças na lógica da inserção dependente do Brasil no mercado mundial. Seriam mantidos os fundamentos da política antinacional e anti-social atual.

O bloco governista vem exibindo seu caráter anti-democrático. Prova disto é a maneira como tem se utilizado, na disputa eleitoral, de expedientes ilegítimos e ilegais. O exemplo mais claro é a instrumentalização da Polícia Federal contra o PT.

Além de Lula e do candidato do governo, um terceiro candidato, Ciro Gomes, participa da disputa eleitoral com chances. Principal representante da oposição burguesa, também se apresenta como de continuidade e mudança – lembra a todo tempo seu papel como ministro na implantação do Plano Real, de um lado, e de outro se define como de oposição ao atual governo (embora seja apoiado por ACM, Jorge Bornhausen e pela maioria do PFL, contando ainda com a simpatia de Tasso Jereissati). De fato, procura os votos de quem está insatisfeito com o atual governo, mas ao mesmo tempo teme uma mudança. Isto lhe permite disputar o eleitorado oposicionista.

continua na página 3 ►

FRAUDES EM CORPORAÇÕES AMERICANAS AFETAM OUTROS PAÍSES



- Pooh, Howard, isso só pode ser invenção da imprensa.
Não existem outros países!

MILITARES ISRAELENSES REPUDIAM AGRESSÃO

No próximo dia 27 de setembro, a partir das 19 horas, será realizada no Parlatino, em São Paulo, uma homenagem especial aos militares israelenses que se recusaram a participar da agressão contra o povo palestino. A homenagem, organizada pela comunidade cristã latino-americana, representada por Dom Pedro Casaldàliga, Grupo de Solidariedade São Domingos, será feita na pessoa de Sérgio Yahni - participou do Fórum Social Mundial de Porto Alegre -, que amargou dois meses de prisão por se recusar a atender à convocatória de Sharon.

Um manifesto, lançado em Israel, que já conta com cerca de mil subscritores, dentre os quais Yahni, condena os ataques contra os territórios palestinos.

Intitulado "A corrupção de toda a sociedade israelense...", o manifesto afirma:

"Nós, oficiais e soldados de reserva das Forças de Defesa de Israel, que crescemos com base nos princípios do sionismo, sacrifício e devoção ao povo de Israel e ao Estado de Israel, que sempre servimos na linha de frente, os primeiros a cumprir qualquer missão, perigosa ou não, com o objetivo de proteger e fortalecer o Estado de Israel. Nós, oficiais e soldados combatentes, que servimos ao Estado de Israel

durante longas semanas, todos os anos, apesar dos altos custos que isso implicou para nossas vidas privadas, cumprimos tarefas nos Territórios Ocupados, e recebemos ordens e comandos que nada tinham a ver com a segurança de nosso país, mas o propósito único de perpetuar nosso controle sobre o povo palestino. Nós, que vimos o preço em sangue que a ocupação cobra aos dois lados. Nós, que sentimos como as ordens a nós expedidas nos territórios destroem os valores que absorvemos enquanto nos tornávamos adultos neste país. Nós, que entendemos que o preço da ocupação é a perda do caráter humano das FDI (Forças Armadas de Israel) e a corrupção de toda a sociedade israelense. Nós, que sabemos que os territórios não são Israel e que todos os assentamentos devem ser desmantelados. Nós aqui declaramos que não vamos prosseguir lutando nessa Guerra dos Assentamentos. Nós não continuaremos lutando além das fronteiras de 1967, com o objetivo de dominar, expulsar, humilhar e causar a fome de todo um povo palestino. Nós aqui declaramos que continuaremos a servir às FDI em qualquer missão que tenha como objetivo defender Israel.

As missões de ocupar e oprimir não servem a esse propósito - e por isso não faremos parte delas".

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PERMANENTE NO PARAGUAI

Embora as manifestações de 15 de julho passado, contra o presidente Luis González Macchi, em Ciudad del Este, Encarnación e na capital Assunção, sejam atribuídas a seguidores do ex-general Lino Oviedo - asilado no Brasil há dois anos, após ser condenado a dez de prisão pela tentativa de deposição do presidente Juan Carlos Wasmosy em 1996, e também acusado de ser o mandante do assassinato do vice-presidente Luís Argaña, em 1999 -, o Paraguai vive uma situação de permanente mobilização social.

Reprimidas com violência, as manifestações, que exigiam a renúncia de González Macchi, deixaram um saldo de dois mortos, 12 feridos e a prisão de mais de 200 pessoas. Foi decretado também estado de exceção no País, suspenso dois dias depois.

O governo paraguaio acusa Oviedo de estar por trás das manifestações, a fim de enfraquecer a presidência de Macchi e abrir caminho para sua volta ao país. O atual vice-presidente, Julio César Franco, do Partido Liberal, de oposição, seria o instrumento na manobra de Oviedo.

É clara a divisão entre o presidente Luis González Macchi e seu vice Julio Cesar Franco, assim tanto quanto a existência de oviedistas e anti-oviedistas no País. Contudo, os protestos só confirmaram a crise do bloco dominante, da incapacidade e imoralidade que caracteriza o Governo González e que vem desencadeando massivas manifestações populares desde o início do ano, organizadas pelo Congresso Democrático do Povo (CDP).

Unificados em torno de seis pontos - a revogação da lei antiterrorismo,

para criminalizar as organizações populares; do projeto de reforma dos bancos públicos; privatização das estradas; o fim do IVA (imposto de valor agregado) ao setor agropecuário; da lei 1.615 (das privatizações), além do combate à corrupção e impunidade -, o CDP, aliança de distintos setores camponeses sindicais e de esquerda, vem garantindo importantes vitórias. A última destas foi o cancelamento do leilão da empresa telefônica nacional COPACO, marcado para 14 de junho último. Colocado em xeque pelas mobilizações, com bloqueios das principais estradas do país por dez dias, o governo de González Macchi, cedeu à última reivindicação do CDP: a suspensão dos efeitos da Lei 1615 de privatizações. Entretanto, isso não configura tranquilidade.

Mergulhado numa profunda crise econômica e social, semelhante à Argentina, o Paraguai, concentra 34% de desempregados e subempregados e, de acordo com dados oficiais do governo, 70% da população vive abaixo da linha da pobreza. As privatizações já avançaram profundamente no desmantelamento econômico do país; já foram entregues a empresa aérea LAPSA, a siderúrgica ACEPAR, a usina de álcool APAL, a Frota Mercante do Estado FLOMERPASA e, seguindo o exemplo argentino, preparavam-se para a entrega da telefonia e dos serviços de águas e esgotos, o seguro social, os correios, a alfândega, portos e estradas. Todo um pacote para satisfazer as transnacionais, o FMI e as agências que medem o "risco país".

A vitória contra as privatizações abre, porém, um novo período de lutas no Paraguai.

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

REVISTA SEM TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

EM TEMPO

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

☐ APOIO: 50,00

☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS:** Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda. Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: emtempo@uol.com.br **Jornalista Responsável:** Célia Regina de Souza (MTb 18663 DRT/SP). **Equipe de Edição:** José Corrêa Leite, Caio Galvão de França, Joaquim Soriano, João Machado, Caco Bisol, Márcia Helena Ramos e Júlia Fú. **Fechamento desta edição:** 26 de julho de 2002. **Impressão:** Extra Copy Gráfica e Editora Ltda. - Fone: (11) 6331-9032 **Fotolitos:** Input - Fone: (11) 3666-4311

▶ continuação da capa

Um partido como o nosso, comprometido com a “*radicalização da democracia*”, precisa construir um vigoroso movimento de discussão de nosso programa com a população. Só assim haverá a mobilização e a legitimidade social necessárias para rompermos com a lógica mercantil, vencermos e iniciarmos a aplicação de nosso programa de governo.

A mudança que a maioria do povo brasileiro deseja só é possível por meio de um amplo movimento de massas, que nos leve ao governo e nos dê sustentação frente aos desafios das transformações econômicas, políticas e sociais que procuraremos dirigir. Portanto, precisamos deixar clara a polarização entre dois projetos antagônicos: de um lado, as forças conservadoras e liberais, identificadas com o atual projeto hegemônico, que inclui o governo FHC e a oposição burguesa, que quer reformas mas não a ruptura; do outro, os milhões de trabalhadores, jovens, desempregados e lutadores sociais, homens e mulheres que desejam a ruptura com o atual modelo hegemônico. Um projeto vitorioso não será construído por meio de ambiguidades, mas na clareza de suas opções e propostas.

Ruptura global com o modelo existente

Nossa referência para este momento político deve ser as resoluções do XII Encontro Nacional do PT (dezembro de 2001), especialmente o documento “*Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*”, centrado na construção de uma alternativa efetiva ao neoliberalismo, no terreno da disputa eleitoral. Nos debates do processo de eleições internas do partido foram expressas divergências importantes a respeito do programa. A aprovação deste documento pelo Encontro, no entanto, com a incorporação de diversas emendas, representou um momento de unificação das posições do partido.

Estas “Diretrizes” retomaram a linha de elaboração político-programática que o partido vem realizando desde a sua fundação e, especialmente, desde o V Encontro Nacional de 1987, quando a candidatura do Lula à Presidência foi lançada pela primeira vez. Foi aquele Encontro que formulou a estratégia da “alternativa democrática e popular”. Agora, embora de maneira menos radical que o texto de 1987, as “Diretrizes” sustentam o “*caráter democrático e popular*” de nosso programa de governo e afirmam: “*que não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo*”. Ficou muito clara, portanto, a recusa do caminho da desmoralização e do fracasso estrondoso, representado pelo que pode ser chamado de “alternativa De la Rua”.

Evitando as ilusões quanto ao caráter progressista das classes dominantes brasileiras, nosso partido afirma, na tese aprovada, que a implementação de nosso programa de governo “*só será possível a partir da constituição de uma nova coalizão de forças, que rompa os sucessivos pactos conservadores que vêm dominando o país a décadas*”.

Crise do neoliberalismo e ascensão das lutas na América Latina

Desta forma, o XII Encontro do PT refletiu o avanço das lutas populares e do questionamento ao projeto neoliberal que vem sendo registrado tanto no plano naci-

O PT E AS ELEIÇÕES DE 2002



SILVIA FRANCO, METAMORFOSÉ - DIPTICO (2001/2002), 1979

onal quanto no internacional. De fato, o cenário internacional da luta de classes começou a alterar-se positivamente. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, retira legitimidade do projeto neoliberal e alimenta uma resistência que, desde as manifestações de Seattle, em fins de 1999, ganhou um caráter internacional.

A crise político-social é mais profunda na América Latina, acentuada pela recessão global, que afeta fortemente a região, e pelo aumento da dívida externa. Em toda a região, a implantação de políticas neoliberais levou à ampliação da miséria e do desemprego e tornou nossos países mais dependentes e mais vulneráveis às pressões do capital internacional. O imperialismo norte-americano, todavia, quer mais: busca impor um novo pacto colonial por meio da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Não podemos nos esquecer, além disto, que a proposta da ALCA vem sendo acompanhada por um crescimento da presença militar norte-americana na região, pela restrição às liberdades democráticas e pela redefinição do papel das instituições continentais como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em contrapartida, a América Latina talvez seja, atualmente, a região do mundo em que a superação do período de dispersão e fragmentação das lutas, diante da ofensiva neoliberal, esteja mais avançada. Vivemos um momento de retomada de mobilizações e de reorganização dos movimentos sociais. O “*argentinação*”, a derrota do golpe militar patrocinado pelos EUA na Venezuela, a ampliação das lutas sociais e da presença institucional da esquerda no Brasil, o crescimento das mobilizações no Uruguai, as lutas cada vez mais amplas no Paraguai e na Bolívia confirmam um novo período de luta de classes.

Este processo se liga ao crescimento do movimento de resistência à mundialização capitalista e expressa a emergência de um internacionalismo renovado, do qual uma das expressões é o Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

Neste contexto, as resoluções do XII Encontro expressam uma orientação não apenas necessária, como plenamente viável.

A necessidade de alianças coerentes

Um partido socialista deve buscar alianças sociais e políticas, e inclusive alianças eleitorais – sempre com referência em acordos programáticos. De fato, a viabilidade de um governo capaz de levar a cabo profundas transformações sociais exige coerência entre programa e alianças, no contexto de uma ampla mobilização popular e de uma profunda democratização da sociedade. Alianças eleitorais de ocasião com partidos de centro, centro-direita ou de direita não só não garantem essa coerência nem favorecem nossa capacidade de mobilização e democratização, como na prática as inviabiliza.

A ampliação da nossa política de alianças, em direção ao PL e a outros partidos exteriores ao campo democrático e popular, se dá na contramão desta exigência. Não leva em conta nossa própria história e nem é justificada por um balanço sério de nossos êxitos e fracassos eleitorais. Ao contrário, tudo o que aprendemos até agora reforça a tese de que um partido socialista e democrático demarca-se politicamente da direita e eticamente da corrupção, e que as transformações, pelas quais lutamos, exigem a mobilização de uma vontade política a partir da unidade do campo democrático, com um projeto que expresse e mobilize as esperanças e a vontade de luta das maiorias nacionais.

Orestes Quércia e os setores do PMDB que se alinham com ele (com quem o Encontro de São Paulo aprovou esforços visando uma aliança, que afinal não se formalizou no plano estadual, mas está permitindo o apoio dos quercistas a Lula) podem ser caracterizados como de centro ou centro-direita. Já o PL é claramente um partido de direita. Não podemos esquecer que, em diversos estados, participa da base

Alianças eleitorais de ocasião com partidos de centro, centro-direita ou de direita não só não garantem uma coerência nem favorecem nossa capacidade de mobilização e democratização, como na prática as inviabiliza.

Coordenação Nacional da DS

de apoio do governo. Seus apoios a Paulo Maluf e a ACM são exemplos eloquentes de seu caráter. Em Alagoas, esse partido é controlado pelo principal usineiro do estado, Carlos Lira. Seus deputados estão envolvidos em escândalos de corrupção e são vinculados a Collor. Dois deles foram citados pela CPI do Narcotráfico.

O texto das resoluções do XII Encontro, embora registre a aprovação do esforço da ampliação das alianças em relação ao centro, manteve o critério de tomar o programa como base, e não mencionou em nenhum momento a possibilidade de inclusão de setores de direita, como o PL.

O candidato governista apresenta-se como um *continuismo sem continuidade* e busca legitimar a si próprio, por meio de nossa deslegitimação como alternativa – o que faz tentando igualar Lula e o PT a ele, tanto em seu programa quanto em suas práticas. O principal candidato da oposição burguesa segue um caminho semelhante.

Neste cenário, é preciso mais que nunca manter a nitidez de nosso projeto e, a partir dele, nos credenciar como representantes do compromisso com a luta e a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras.

Somos, portanto, inteiramente contrários à aliança com Orestes Quércia e com o PL, no plano nacional e em todos os estados – inclusive, naturalmente, na Paraíba. Neste estado, o companheiro Avenzoar Arruda, dirigente da DS, defendeu a coligação com o PL e a aceitação de um candidato a vice-governador deste partido. Esta posição, no entanto, não foi respaldada pela tendência. Pelo contrário: esta posição, a aliança com o PL, é frontalmente contrária ao que historicamente defendemos no PT.

A perspectiva do socialismo

O fracasso do neoliberalismo, em particular na América Latina, evidencia que o capitalismo não é uma solução. O modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo que defendemos não poderá ser construído dentro dos seus limites.

continua na página 4 ▶

A alternativa para vencer a chantagem não é se render ao chantagista, mas contribuir para reforçar a compreensão de que seus interesses são contrários aos dos banqueiros e especuladores; é conquistar a disposição de luta da maioria, para enfrentar os obstáculos que se colocam à construção de um outro país.

Defendemos o vínculo de uma perspectiva de governo a um processo de mudanças mais amplo, e à construção do socialismo. Isto tem respaldo não apenas nas posições históricas do PT, como em algumas experiências de administração do partido que, entre outras medidas, iniciaram uma incorporação de setores da população organizada às decisões de governo.

Tem respaldo, também, na evolução da conjuntura internacional, como foi expressamente reconhecido no texto das “Diretrizes”, aprovado no Encontro do Recife: *Revolutas populares sucedem-se em diversos países, em particular na América Latina, onde o caso da Argentina é a última e mais radical manifestação das consequências de uma política imposta pelo FMI. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. A mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional (“Diretrizes”, item 54).*

Crítica à posição da maioria da direção do partido

A vitória do PT nas eleições será comemorada pela esquerda em todo o mundo. Na contramão das recentes vitórias eleitorais da direita, especialmente na Europa, um governo de esquerda no Brasil abriria novas possibilidades para a luta socialista. O fortalecimento da soberania nacional, a não assinatura do acordo da ALCA, um projeto de desenvolvimento econômico que rompa com a dependência, um vigoroso movimento de participação popular, a decisão democrática de tudo o que é público, são iniciativas que projetariam um outro modelo.



SHION FRANCO, AFRANCOISE - DIFETCO, 1979

Em três aspectos fundamentais a posição da maioria da direção do Partido, nas eleições, deve ser criticada: na expressão do conteúdo programático da campanha, na definição das alianças e no funcionamento do partido.

Em primeiro lugar: diante da pressão dos “mercados”, nosso candidato e outros representantes da campanha têm tido posições contraditórias. De um lado, têm apontado corretamente a responsabilidade do governo FHC pela crise (tanto pela política que agravou a dependência da economia brasileira, quanto pelas repetidas insinuações de que os candidatos da oposição seriam irresponsáveis), bem como têm reafirmado os compromissos do partido com mudanças. De outro lado, porém, têm cedido à pressão e multiplicado declarações que buscam acalmar os mercados, sob o pretexto de pôr num segundo plano as diretrizes programáticas aprovadas no Encontro do Recife e, pior ainda, de afirmar que o governo do PT manteria um razoável grau de continuidade da atual política econômica.

A “Carta ao Povo Brasileiro” do Lula sintetiza estas orientações contraditórias: reafirma o compromisso com mudanças fundamentais, mas ao mesmo tempo dá garantias de que os aspectos da atual política econômica, que mais agradam ao capital financeiro, serão mantidos. Pior do que isto: enquanto a reafirmação dos compromissos com mudanças é genérica, as garantias aos “mercados” são muito precisas.

Naturalmente, toda manifestação do PT em favor da continuidade de aspectos da atual política econômica beneficia o candidato do governo. Ele pode — com razão — apresentar-se como mais coerente nesta linha, e já o tem feito.

Por outro lado, como seria de esperar, o esforço para tranquilizar os “mercados” tem dado resultados muito modestos. Os seus intérpretes (em particular, os economistas de bancos) e os membros da equipe econômica do governo têm dito que reconhecem que Lula tem feito esforço importante para se aproximar das posições que defendem; mas, igualmente, dizem que é preciso que Lula vá muito mais longe neste rumo. O ministro Malan “sugeriu” o compromisso com a manutenção do presidente do Banco Central. Outros porta-vozes dos “mercados” têm deixado clara a in-

viabilidade do esforço do Lula e da direção da campanha para ganhar sua confiança: dizem que “reputação é coisa que se constrói com o tempo”, e que só daqui a alguns anos Lula poderia ser visto como amigo dos mercados...

De fato, a única medida de Lula que agradaria plenamente aos “mercados” seria o anúncio da retirada da sua candidatura. Naturalmente, ela de nenhuma maneira eliminaria a crise, que tem sua origem profunda no agravamento da dependência, provocado pelas políticas do governo FHC.

A melhor alternativa para vencer a chantagem não é a de se render ao chantagista, mas contribuir para reforçar a compreensão, que uma grande parte da população já tem, de que seus interesses são contrários aos dos banqueiros e especuladores; é conquistar a disposição de luta da maioria, para enfrentar os obstáculos que se colocam à construção de um outro país.

O segundo e o terceiro aspectos criticáveis da posição da maioria da direção do PT estão interligados: a política de alianças e o funcionamento do partido. Ou seja: tanto o conteúdo desta política quanto a maneira com que está sendo encaminhada pela direção merecem uma crítica veemente.

O acordo com o PL tem aspectos inéditos, que vão além da aprovação de uma coligação com um partido nitidamente de direita (mesmo que se restringisse a isto já seria completamente inaceitável). A ordem dada pela maioria da direção nacional do PT é cumprir tudo o que o PL exige. O que significa criar condições para que este partido eleja o maior número possível de deputados. Nos estados em que interessa a este partido coligar-se com o PT para eleger parlamentares, esta coligação é imposta. Em alguns casos, aliás, a coligação só é feita para as eleições proporcionais. Onde a coligação não interessa ao PL (como São Paulo, Bahia ou Rio de Janeiro), este partido fica livre para fazer o que quiser (como apoiar Maluf, Antônio Carlos Magalhães e Garotinho...). Não há incoerência do PL nestes apoios: a incoerência é toda do PT, ou melhor da maioria da sua direção nacional.

De fato, só é possível compreender a posição defendida por Lula quando entendemos que seu propósito de coligação com o PL não é propriamente o apoio deste parti-

do, que, aliás, ele só terá muito parcialmente. O que lhe interessa é o ganho de tempo de televisão e, sobretudo, a possibilidade de ter um grande empresário como vice.

Com relação a Alagoas, a imposição do PL representa uma violência contra toda a construção histórica do partido no estado e um desrespeito à consciência do conjunto dos militantes. Atira ao lixo a possibilidade de conquistar um governo de esquerda, sem o jugo dos usineiros e sem acordo com o sindicato do crime. Por isso havia unanimidade do PT estadual contra a aliança com o PL. Por isso, a companheira Heloísa Helena e outros companheiros e companheiras retiraram suas candidaturas.

Em nenhum momento a política de coligação com o PL foi debatida por inteiro e de forma clara, com todas suas implicações, pelo conjunto do partido. O conteúdo das discussões na negociação com o PL não foi esclarecido. No lugar disto, este acordo insólito está sendo imposto de cima para baixo.

Defendemos um partido democrático, em que as deliberações sejam tomadas e respeitadas — especialmente as deliberações dos Encontros. Em que os candidatos não estejam acima do partido. Isto é fundamental por razões programáticas e por razões eleitorais: a democracia interna nos dá credibilidade para defender a democracia na sociedade.

O caráter da coligação com o PL nos obriga a perguntar: como poderia ser possível mudar o país reproduzindo práticas da política tradicional?

A política de garantias aos “mercados” e de alianças com setores do centro e da direita tem sido encaminhada pela maioria da direção nacional com o argumento de que é a mais favorável à eleição do Lula. Ainda que isto fosse verdade, não seria suficiente para justificá-la: nosso objetivo não pode ser o de ganhar uma eleição a qualquer custo, abandonando nossa coerência e nosso programa.

É muito duvidoso, contudo, que a avaliação de que esta política seja eleitoralmente favorável seja a correta. Afinal, a coerência sempre foi um patrimônio do PT e constitui uma grande vantagem também no plano eleitoral. Ter um vice como o senador José Alencar (que, além de grande empresário, pertence a um partido que apóia Maluf e ACM) não ajuda a candidatura de Lula: contradiz toda a história de Lula e do PT. Além disto, o fato de Lula aparecer defendendo políticas de FHC/Malan/Fraga, como aumento do superávit primário do governo e metas de inflação, só pode beneficiar a candidatura Serra. Ou, quem sabe, beneficiar um candidato que pode identificar-se de forma mais natural com a idéia de mudanças sem rupturas, como Ciro Gomes.

Futuro do PT

Nossas críticas a aspectos fundamentais da orientação da campanha são críticas de quem luta pela vitória do PT e, mais que isto, por um governo que possa ser o início de um processo de transformações fundamentais, de universalização de direitos, participação e organização popular, de conquista de uma efetiva soberania nacional. Um governo que seja um passo na direção da construção do socialismo, da eliminação de todas as formas de opressão e exploração.

O que está acontecendo é suficientemente grave para não ser tratado como um problema menor, a ser esquecido após as eleições, qualquer que seja o seu resultado. O que está em jogo é o futuro do PT como partido socialista e democrático. ■

AS ALIANÇAS NOS ESTADOS

Acre

Estado: 0,3% (332.781) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Jorge Viana (reeleição), e Arnobio Marques (vice).
Principais adversários: Flaviano Mello (PMDB), prefeito de Rio Branco, apoiado pelo PPB e PFL.
Chapa ao Senado: Marina Silva (PT, reeleição); e Geraldo Mesquita (PSB)***
Palanques estaduais: No Acre, o PL do deputado **Aureliano Pascoal*** mantém relação com o candidato ao Senado, **José Aleksandro Alves*** (PSL), apoia o PMDB de Flaviano Mello que compartilha seu palanque com o presidenciável Serra – coligação PMDB/PSDB.

***Aureliano Pascoal** – Presidente do PL do Acre, primo do ex-deputado Hildebrando Pascoal, cassado e preso, sob acusação de chefiar um grupo de extermínio. Na época, a PM do Acre era comandada por Aureliano, citado no processo que investiga a morte de Agilson Santos Firmino, o *Baiano*, torturado e esquartejado em 1996.
***José Aleksandro** – antes de assumir a cadeira de Hildebrando Pascoal na Câmara, já carregava acusações de estelionato e desvio de dinheiro público. Foi também citado no relatório da CPI do Narcotráfico.

Alagoas

Estado: 1,39% (1.522.250) do eleitorado.
Chapa ao Governo: Judson Cabral e Flavia Lima (vice).
Principais adversários: Fernando Collor (PRTB), ex-presidente da República, afastado em 92 por corrupção; Ronaldo Lessa (PSB), atual governador em exercício que concorre à reeleição e Geraldo Sampaio (PDT).
Chapa do PT ao Senado: Eduardo Bonfim (PCdoB) e Ildo Rafael (PMN).
Palanques estaduais: Heloísa Helena - candidata com grandes chances de vitória -, renuncia à candidatura por discordar da aliança com o PL de **João Caldas***. O PPS de Ciro se coliga ao PRTB de Collor, aliado ao PFL de Geraldo Bulhões, candidato ao Senado. Renan Calheiros (PMDB), que busca reeleger-se senador, ao lado de Teotônio Vilela Filho (PSDB), que também disputa uma vaga ao Senado, apoiam Ronaldo Lessa (Governo) e Serra (Presidência). Lessa, por sua vez, dividirá palanque com Garotinho.

***João Caldas** – deputado federal financiado pelo usineiro Carlos Lyra. Sobre ele pesa ainda escândalos de desvio de recursos quando foi secretário estadual de Agricultura do Governo Bulhões.

Amapá

Estado: 0,23% (250.077) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Dalva Figueiredo (vice que assumiu o lugar de João Alberto Capiberibe - PSB), e Ivanci Magno (vice).
Principais adversários: Cláudio Pinho (PSB), ex-secretário de Capiberibe (Governador do Estado que saiu para disputar uma vaga ao Senado), e a deputada Fátima Pelaes (PSDB).
Chapa do PT ao Senado: Lourival Freitas.
Palanque estadual: O PL do deputado federal **Badu Picango** (que votou em favor da reforma da CLT) apoia o PSDB - partido coligado ao PMDB.

Amazonas

Estado: 1,28% (1.409.210) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: João Pedro e Antonio Arruda (PMN), vice
Principais adversários: senador Gilberto Mestrinho, líder do PMDB, e Eduardo Braga (PPS).
Chapa ao Senado: Lucia Regina (PCdoB).
Palanques estaduais: O PRTB de Collor, o PTdoB e o PST apoiam o candidato petista João Pedro. O PFL de Amazonino Mendes e o Prona de Enéas estão coligados ao PPS do candidato a governador Eduardo Braga, que abre palanque a Ciro Gomes.

Bahia

Estado: 7,5% (8.233.476) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Jaques Wagner e Nilza Lima (vice)
Principais adversários: Paulo Souto (PFL), Luiz Humberto Prisco Viana (PMDB) e a ex-prefeita de Salvador Lídice da Mata (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Waldir Pires e Haroldo Lima (PCdoB)
Palanques estaduais: O PL do deputado federal **Eujácio Simões*** tende a apoiar Paulo Souto do PFL de ACM - que concorre a uma vaga ao Senado - e abrindo palanque a Ciro Gomes (PPS). O PMDB mantém no Estado a coligação

com o PSDB de Serra e Lídice que apoia Garotinho.

***Eujácio Simões** – deputado carlista, candidato à reeleição pelo PL, que ajudou a enterrar a CPI da Corrupção no Governo FHC em troca de R\$ 65 mil. Eujácio é um dos que votou em favor da reforma da CLT, aprovada pela Câmara Federal recentemente.

Ceará

Estado: 4,21% (4.623.794) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: José Aírton Cirillo e Mariano Araújo de Freitas (PCdoB), vice.
Principais adversários: Lúcio Alcântara (PSDB) e Sérgio Machado (PMDB).
Chapa do PT ao Senado: Mario Mamede Filho e Gelson Ferraz de Medeiros (PL)
Palanques estaduais: O tucano Tasso Jereissati – que deixou o governo para disputar uma vaga ao Senado, - concentra seu apoio na candidatura de Lúcio Alcântara (PSDB). O PMDB de Sérgio Machado está coligado ao PFL.

Distrito Federal

Estado: 1,17% (1.288.501) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Geraldo Magela e Katea Puttini (vice).
Principais adversários: atual governador Joaquim Roriz (PMDB)
Chapa do PT ao Senado: Christovam Buarque e Fredo Ebling Junior (PCdoB)
Palanques estaduais: PL apoia o atual governador Joaquim Roriz, do PMDB – partido coligado no Estado ao PSDB e ao PFL. Roriz divide palanque com José Serra.

Espírito Santo

Estado: 1,85% (2.033.754) do eleitorado.
Chapa ao Governo: Max Mauro (PTB)***
Principais adversários: o atual governador Walter Figueiredo (PTN), Haroldo Santos Filho (PFL), Paulo Ruy Valim Carnelli (PSDB) e o senador Paulo Hartung (PSB).
Chapa do PT ao Senado: João Cóser e Magno Malta (PL)
Palanques estaduais: O deputado Max Mauro, candidato ao Governo do Estado pela coligação PTB-PDT, deve fazer uma aliança informal com o PFL e abrirá seu palanque a Lula e Ciro. O senador Paulo Hartung (PSB), deve se coligar informalmente ao PMDB e talvez ao PPS de Ciro. Em troca, a chapa de Hartung apoiará a reeleição do senador Gerson Camata (PMDB).

Goiás

Estado: 2,87% (3.154.841) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Marina Santana e Arquicelso Bites Leite (vice).
Principais adversários: o atual governador Marconi Perillo (PSDB) – não descompatibilizou –, o senador Maguito Vilela (PMDB).
Chapa do PT ao Senado: Clélia Brandão e Martiniano Cavalcanti (PV)
Palanques estaduais: O PL do deputado federal **Juquinha** (votou favorável à reforma da CLT) dará apoio à reeleição de Marconi Perillo, do mesmo partido de Serra.

Maranhão

Estado: 2,89% (3.169.383) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Raimundo Monteiro e Wilio Oliveira (vice).
Principais adversários: José Reinaldo Tavares (PFL) - vice de Roseana Sarney, que assumiu o Governo do Estado. O deputado federal Roberto Rocha (PSDB), atual prefeito de São Luís e Jackson Lago (PDT).
Chapa do PT ao Senado: Haroldo Sabóia.
Palanques estaduais: O PMDB e PTB apoiam informalmente José Reinaldo Tavares, do PFL de Roseana Sarney – deixou o governo do Estado em meio a denúncias e como pivô da grave crise entre PFL e PSDB–, que disputa agora uma vaga ao Senado e simpatiza com a candidatura de Ciro Gomes.

Mato Grosso

Estado: 1,5% (1.643.996) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Alexandre Cézar e Enelinda Maria dos Santos (vice).
Principais adversários: o senador tucano Antero Paes de Barros, Blairo Borges Maggi (PPS) e Sebastião Moreira Santos (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Serys Silhassarenko.
Palanques estaduais: O PT coliga com o PL do presidente da Assembleia Legislativa **Humberto Posaipo***. Já Antero Paes de Barros, que conta com apoio do PMDB, abre seu palanque a Serra.

Humberto Posaipo* - presidente da

Assembléia Legislativa do Mato Grosso é alvo de denúncias de corrupção. Estão sendo apurados centenas de empréstimos, debitados em contas da Assembléia, com documentos falsos, anexados aos contratos.

Mato Grosso do Sul

Estado: 1,21% (1.331.259) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Zeca (disputa a reeleição no cargo) e Egon Krakchecke (vice)
Principais adversários: Moacir Kohl (PDT), Cláudio Freire de Sousa (PSB), Marisa Joaquina Serrano (PSDB) e Carlos Eduardo Marun (PTB).
Chapa do PT ao Senado: Delcidio do Amaral.
Palanques estaduais: Ao contrário da eleição de 2000, o PT não contará com os apoios do PDT de Kohl (vice na chapa de Zeca do PT a governador 2000), que tem apoio do PPS de Ciro; tampouco do PSB de Garotinho, que lançou Cláudio Freire. O PMDB apoia a candidata tucana Marisa Serrano, da coligação *Pra Frente MS*.

Minas Gerais

Estado: 11,16% (12.259.469) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Nilmário Miranda e Danusa Bias Fortes (PL), vice
Principais adversários: Aécio Neves (PSDB), Newton Cardoso (PMDB), Margarida Vieira (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Tilden Santiago.
Palanques estaduais: Em Minas Gerais, a Direção Nacional do PT interviu na decisão do Partido no Estado para que houvesse coligação proporcional com o PL do deputado federal **Philemon Rodrigues** (votou favorável à reforma da CLT). O PL mineiro, por sua vez, ameaça fazer campanha ao tucano Aécio Neves, apoiado pelo governador Itamar Franco, que promete ser um "soldado de Lula".

Pará

Estado: 3,04% (3.337.840) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Maria do Carmo Martins Lima e Frederico Braun (PL) vice.
Principais adversários: Simão Jatene (PSDB) – ex-secretário de Produção do governador Almir Gabriel -, o vice-governador do Estado, Hildegardo Nunes (PTB), a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB), ex-mulher do ex-senador Jader Barbalho e o senador Ademir Andrade (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Ana Julia Carepa e Newton Miranda Sobrinho (PCdoB)
Palanques estaduais: O tucano Simão Jatene, candidato do governador Almir Gabriel, abre palanque para Serra. O vice-governador do Estado, Hildegardo Nunes recebe uma força do PPS de Ciro Gomes. O PMDB se concentra na campanha de Elcione Barbalho.

Paraíba

Estado: 1,97% (2.166.188) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Avenzoar Arruda e Carlos Pedrosa (PL), vice.
Principais adversários: O atual governador Roberto Paulino (PMDB) – vice de José Maranhão, que deixou o Governo em abril para disputar o Senado – e o prefeito de Campina Grande Cássio Cunha Lima (PSDB).
Chapa do PT ao Senado: Simão Almeida (PCdoB) e Ligia Feliciano (PSC).
Palanques estaduais: Subvertendo a verticalização de coligações imposta pelo TSE, parte expressiva do PMDB paraibano – da coligação Serra/Camata–, apoia a candidatura de Lula. Segundo dados da Agência Folha, em 18 de julho passado, o apoio do PMDB na Paraíba decorre da aproximação do PSDB ao PFL. Conforme dados publicados, o PMDB de Roberto Paulino pretende dar apoio informal a Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha petista no Estado.

Paraná

Estado: 5,92% (6.504.490) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Padre Roque e Emerson Nerone (PHS), vice.
Principais adversários: Roberto Requião (PMDB), Álvaro Dias (PDT), Carlos Richa (PSDB), além de outros nove candidatos.
Chapa do PT ao Senado: Edesio Passos e Flávio Arns.
Palanques estaduais: O PL paranaense, dominado pela Igreja Universal, da Coligação *Renova Paraná*, inclui o PT. Cabe lembrar que o PL foi fiel apoiador do governo Lerner (PFL) - sigla que se une ao PSDB, no palanque por carlos Richa e Serra.

Pernambuco

Estado: 4,78% (5.254.515) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Humberto Costa

e Paulo Dantas (PCdoB), vice.
Principais adversários: o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB), que não descompatibilizou, Ilo Jorge Pereira (PDT), José Humberto Lacerda Barradas (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Dilson Peixoto e Carlos Wilson (PTB)***
Palanques estaduais: PMDB, PSDB e PFL coligados em *União por Pernambuco* concentram apoio na candidatura de Jarbas Vasconcelos, que divide palanque com Serra.

Piauí

Estado: 1,55% (1.702.001) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Wellington Dias e Osmar Junior (PCdoB), vice.
Principais adversários: o governador Hugo Napoleão (PFL), que permaneceu no cargo em busca da reeleição, Acilino Ribeiro (PPS), Jonathas Nunes Mão Santa (PMDB).
Chapa ao Senado: Roberto John e Pastor Macedo (PMN).
Palanques estaduais: PMDB e PSDB em palanques opostos nesse estado. O candidato a governador Mão Santa (PMDB) – ex-governador cassado pelo TSE em 2001, quando cumpria o segundo mandato – já disse que abrirá palanque a Lula. Na coligação *O Piauí que o povo quer*, o PPB, PRTB e o PSDB de Serra apoiam o pefelista Napoleão – vice de Mão Santa que assumiu em 2001 passado.

Rio Grande do Norte

Estado: 1,64% (1.803.825) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Rui Pereira e José de Anchieta Lopes (PCdoB), vice
Principais adversários: o governador Fernando Freire (PPB) – assumiu no lugar de Garibaldi Alves (PMDB), que descompatibilizou para concorrer ao Senado –, o senador Fernando Bezerra (PTB), a prefeita de Natal Wilma Faria (PSB), Ronald Gois (PDT).
Chapa do PT ao Senado: José Marcelo de Souza e Hugo Manso Júnior.
Palanques estaduais: O PFL apoiará a candidatura de Fernando Bezerra (PTB) – partido que integra a Frente Trabalhista de Ciro. A coligação *Unidade Popular* (PMDB/PPB/PSDB/PHS/PTdoB/PTN/PSD) apoia Fernando Freire e o presidenciável José Serra. A prefeita de Natal, Wilma Faria é a candidatura estadual do PSB de Garotinho.

Rio Grande do Sul

Estado: 6,48% (7.112.134) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Tarso Genro e Miguel Rosseto (vice).
Principais adversários: Germano Rigotto (PMDB) e o ex-governador Antônio Britto (PPS).
Chapa do PT ao Senado: Emilia Fernandes e Paulo Paim.
Palanques estaduais: O PL gaúcho apoia a candidatura presidencial de Garotinho (PSB). A Frente Trabalhista de Ciro Gomes, por sua vez, aposta na eleição de Britto (PPS) e assim o PDT ficará com uma vaga de candidato ao Senado. Já Rigotto deve dividir palanque com o tucano Serra.

Rio de Janeiro

Estado: 9,04% (9.929.655) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Benedita da Silva e Luiz Eduardo Soares (vice).
Principais adversários: Rosinha Mateus (PSB), esposa do ex-governador Anthony Garotinho – que descompatibilizou para concorrer à Presidência -, Sérgio Cabral Filho (PMDB), o prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira (PDT).
Chapa do PT ao Senado: Edson Santos.
Palanques estaduais: O PL fluminense, presidido pelo Bispo Rodrigues, tornou público o apoio ao casal Rosinha Matheus e Garotinho. A candidata do PSB trabalha pelo apoio informal de Sérgio Cabral Filho, do PMDB – partido coligado com o PSDB de Serra. O pedetista Jorge Silveira dividirá palanque com Ciro Gomes.

Roraima

Estado: 0,76% (832.513) do eleitorado.
Chapa ao Governo: Acir Gurgacz (PDT)*** e João Carlos Ribeiro (PDT)***
Adversários: governador José Bianco (PFL) – não descompatibilizou -, Ernandes Amorim (PRTB), Ivo Cassol (PSDB), Natanael José da Silva (PPB).
Chapa do PT ao Senado: Fátima Cleide (PT) e Euripedes Miranda (PDT)***
Palanques estaduais: O PT não lança candidatos próprios ao governo nesse Estado, nem faz aliança com o PL. Já o PL do deputado **Oscar Andrade*** se une ao PFL na coligação *Compromisso com Rondônia* de José Bianco.

continua na página 6 ➤

A RENÚNCIA DE HELOÍSA HELENA

Em 2 de julho passado, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um pronunciamento na tribuna do Senado Federal, esclarecendo os motivos que a levaram renunciar à candidatura ao Governo do Estado. Publicamos na íntegra seu discurso.

Reprodução



"Preciso hoje falar de uma forma muito especial para o povo alagoano. Sou uma apaixonada pelo Estado de Alagoas. Tudo o que sou na essência eu aprendi lá. As mais belas lições de honestidade, de fraternidade cristã e de solidariedade humana eu aprendi em Alagoas. Por isso sou muito agradecida àquele povo.

Meninas que nascem como eu, nascem carimbadas ou para a prostituição ou para o quartinho de empregada. E o povo de Alagoas possibilitou que eu chegasse ao Senado da República. Tive a sorte de não ter que ir para as calçadas do meu Estado, vender o corpo por um prato de comida; frequentei somente o quartinho de empregada. Mas foi no quartinho de empregada que eu aprendi as primeiras lições de honestidade com minha mãe. Nós ficávamos no quartinho de empregada, onde minha mãe ia costurar na casa das madames de Maceió. Lembro-me de minha mãe virando noites em uma máquina de costura, bordando, com belíssimas continhas azuis, os vestidos das madames. Quando sobravam continhas, eu colocava os meus olhos pedintes pedindo para ela somente uma continha para colocar no vestido da minha única boneca.

Minha mãe me repreendia por isso, porque aquelas continhas deveriam ser devidamente devolvidas às madames, para as quais costurava os belos vestidos.

Aprendi muito com Alagoas. Na geografia das casas, em que frequentava o quartinho de empregada, a nós era imposto o limite da cozinha; não era possível passar da cozinha. Lembro que eu ficava olhando do fundo do corredor uma estante linda, repleta de livros; e da porta da cozinha eu tentava decifrar o conteúdo dos livros que estavam ali, tão belos e que ninguém tocava.

Foi em Alagoas também que tive a oportunidade de ter a minha primeira fonte de conhecimento, ao mesmo tempo com um comunista e com a história do povo de Deus. A minha primeira fonte de conhecimento foi, ao mesmo tempo, Graciliano Ramos, pelas mãos de meu irmão Hélio, e a história do povo de Deus na Bíblia, pelas mãos generosas das irmãs holandesas e dos padres brasileiros, em Palmeira dos Índios. Foi entre um comunista e a história do povo de Deus que aprendi a perseverança, a persistência, a coragem dos oprimidos, dos excluídos, dos humilhados, dos sobreviventes.

Ocupo a tribuna hoje lembrando uma

frase de um velho sermão do Padre Antônio Vieira: "O que não se pode calar com a boa consciência, ainda que seja com repugnância, é força que se diga".

Todos acompanharam as infinitas tentativas, dentro do PT, com relação à aliança entre o PT e o PL, o que é fato superado para nós. Submetemo-nos à decisão da maioria do Diretório Nacional. Estaremos juntos, dando o máximo da nossa capacidade de luta e da nossa capacidade de trabalho para defender a candidatura de Lula, porque não temos dúvida que é uma possibilidade de fazer deste País maravilhoso a pátria da grande maioria dos brasileiros.

Infelizmente, no caso de Alagoas não vai ser possível a aliança. O problema de Alagoas não é um problema de posição isolacionista. O PT de Alagoas já fez muitas alianças e nos arrependemos amargamente de algumas delas; mas a experiência da vida nos impõe refletir sobre o que fizemos para não repetir determinados erros.

Nem eu nem ninguém do PT de Alagoas é masoquista para querer enfrentar a selvageria de uma campanha eleitoral isoladamente no nosso Estado, só com o PT e PCdoB. Mas o problema é de limite. Não temos nenhuma condição de fazer aliança

em Alagoas com alguns tipinhos desqualificados, moleques de usineiros, pessoas capazes de agredir a mim e aos companheiros do PT da forma mais vil, covarde, preconceituosa. Não temos condição de fazer aliança com indiciados na CPI do Narcotráfico, que foi para Alagoas, conforme consta do relatório da CPI: "para investigar a existência de uma organização criminosa com ramificações em vários estados do Brasil, envolvendo empresários, políticos, magistrados e policiais que estariam ligados ao tráfico de entorpecentes, roubo de cargas, homicídios e outros crimes. A quadrilha denunciada teria uma conexão Alagoas-São Paulo e seria responsável pelo roubo de carretas e caminhões que eram levados para a Bolívia, onde negociariam a troca por cocaína e armas ou o pagamento de dinheiro em espécie."

O problema de Alagoas não é aliança; é o limite ético. Não podemos nos deixar seduzir pela estupidez do encantador pragmatismo eleitoral e fazer uma aliança no Estado.

O PT de Alagoas, mais uma vez, faz um apelo e registra na convenção, na nossa ata de aliança PT/PCdoB, excluindo o PL, que essa aliança não deve ser imposta ao Estado de Alagoas porque, se isso ocorrer, embora de coração partido, não poderei ser candidata ao Governo do Estado. Não há nenhuma condição, mas continuaremos a fazer a campanha de Lula com alegria e paixão. No dia em que, para ser candidata à Governadora, eu tiver de ser autorizada pela varanda dos usineiros e pela cozinha dos pistoleiros, perderei a autoridade moral de olhar para os meus filhos e de ensinar-lhes que "a mais suprema satisfação de um indivíduo pensante é ser extremamente escrupuloso no campo das idéias e das ações". Vou usar uma linguagem popular, a fim de que aqueles que nos ouvem no interior de Alagoas possam compreender a situação: no dia em que um usineiro de Alagoas colocar um cabresto no meu pescoço, dizendo-me qual o caminho que devo seguir, perderei a autoridade de ensinar aos meus filhos aquilo que lhes ensinei a vida toda: ter vergonha na cara e amor no coração.

Portanto, faço novamente um apelo para que não haja essa imposição à Alagoas, porque, se houver, infelizmente não me candidatarei - digo infelizmente, haja vista que queria fazer essa campanha com a paixão que sempre me motivou a lutar pelo Estado". ■

► continuação da página 5

O pepebista Natanael Silva está coligado ao PPS de Ciro Gomes. **Ernandes Amorim*** do PRTB de Collor é o candidato da *Frente Popular Independente* - que reúne PCB, PTC e PTN.

***Oscar Andrade** - deputado federal que votou em favor da reforma da CLT.
***Ernandes Amorim** - elegeu-se em 2000 prefeito de Ariquemes para evitar a cassação de seu mandato de senador pelo TSE.

Roraima

Estado: 0,17% (186.049) do eleitorado.
Chapa ao Governo: Flamarion Portela (PSL)***
Principais adversários: o ex-governador Otomar Pinto (PTB), Carlos Eduardo Levischi (PRTB) e Carlos Libório (PSB).
Chapa do PT ao Senado: Getúlio Cruz.
Palanques estaduais: Apesar dos seis candidatos na sucessão ao Governo do Estado, tudo indica que a disputa se dará entre Portela, da coligação *Roraima de Todos Nós*, e Otomar Pinto (PTB) da *Frente Trabalhista* de Ciro Gomes. Lula subirá ao palanque do atual governador Flamarion Portela - que assumiu o cargo deixado por Neudo Campos (PFL), candidato ao Senado, já que o PT está formalmente coligado com

PSL, Prona, PFL, o PL dos deputados federais **Robério Araújo e Alceste Almeida***, entre outros partidos.

***Robério Araújo/Alceste Almeida** - os dois deputados federais do PL de Roraima votaram a favor da reforma da CLT. No caso de Robério Araújo pesa um outro escândalo, o de ter conseguido a maior soma de recursos do orçamento (R\$ 453 mil) para ajudar a enterrar a CPI da Corrupção.

Santa Catarina

Estado: 3,3% (3.626.533) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: José Fritsch e Luiz Carlos Nemetz.
Principais adversários: Esperidião Amin (PPB), Sérgio Grando (PPS), Luiz Henrique (PMDB).
Chapa do PT ao Senado: Milton Mendes e Ideli Salvatti.
Palanques estaduais: O PL, que está no governo Esperidião Amin, agora coliga com o PT. O PSDB, por imposição do PMDB, abandonou a base de Amin, coligando-se formalmente a Luiz Henrique.

São Paulo

Estado: 22,09% (24.263.612) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: José Genoíno e

Luiz Marinho (vice)
Principais adversários: o tucano Geraldo Alckmin - atual governador que permanece no cargo -, o ex-governador Paulo Maluf (PPB), Fernando de Moraes (PMDB), Jacó Bittar (PSB), Antonio Cabrera (PTB), entre outros.
Chapa do PT ao Senado: Aloizio Mercadante e Wagner Gomes (PCdoB)
Palanques estaduais: O PL de **Antonio Medeiros*** apoiará Maluf, na coligação *Resolve São Paulo*. Apesar das conversas com lideranças do PT, o ex-prefeito de Osasco Francisco Rossi (PL) afirmou publicamente seu apoio às candidaturas de Ciro Gomes e do ex-ministro de Collor, Antonio Cabrera (PTB). Em contrapartida, os candidatos peemedebistas Fernando Moraes (ao Governo) e Orestes Quêrcia (ao Senado) abrem palanque a Lula. Alckmin conta com o apoio do PFL e divide palanque com Serra.

***Antonio Medeiros** - fundador da Força Sindical, foi um dos mais ferrenhos defensores do projeto de reforma da CLT, aprovado com seu voto na Câmara Federal.

Sergipe

Estado: 0,99% (1.086.178) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: José Eduardo Dutra e Maria Conceição Vieira Santos (vice).

Principais adversários: João Alves (PFL) e João Bosco da Costa (PSDB).
Chapa ao Senado: João Augusto Gama (PMN) e Antonio Carlos Valadares (PSB)***
Palanques estaduais: O PPS de Ciro Gomes se alia ao PFL de João Alves, na coligação *Sergipe na Frente*. Serra, em Sergipe, conta com o apoio do PMDB no palanque de João Bosco.

Tocantins

Estado: 0,66% (724.549) do eleitorado.
Chapa do PT ao Governo: Valdenor Rodrigues de Lisboa e Neíson Gomes de Souza (vice).
Principais adversários: Marcelo Miranda (PFL), Lutero Fonseca (PPS), Freire Júnior (PMDB).
Chapa do PT ao Senado: Divina Herly, Tenente Célio (PSB)*** e Raul Filho (PPS)***
Palanques estaduais: O governador Siqueira Campos (PSDB), apoiará o pefelista Marcelo Miranda, que abre palanque a Serra. Ciro contará com apoio de Lutero Fonseca.

(***) apoio informal do PT

Fontes: IBGE (Censo 2000) e TSE (eleição de 2000), sites da Agência Folha, Correio Braziliense

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO

Considerando tudo o que foi dito sobre a disposição da senadora Heloísa Helena em renunciar a sua candidatura ao Governo do Estado de Alagoas, por absoluta falta de condições morais, políticas e de prática eleitoral, encaminhamos algumas questões que precisam ser esclarecidas para o bem da verdade:

Um pouco de história

A posição partidária desde o início dessa discussão foi a de não aceitar esse tipo de aliança. Posição esta que foi homologada pelo Encontro Regional e depois reafirmada, por mais de três vezes, pela Executiva do Diretório Regional. Em todas as falas dos dirigentes partidários (de todas as forças políticas) ficou claro que a própria existência do Partido estava em jogo, ou seja, uma aliança com o PL, antes de ser apenas uma questão de sobrevivência de parlamentares, passou a ser encarada como princípio político.

Diante deste quadro, o PT de Alagoas moveu forças no sentido de pressionar os dirigentes nacionais para que tal coligação não fosse concretizada. De forma corajosa, empenhada e com firmeza política, o PT/AL e a senadora Heloísa Helena conseguiram aliados, forçando uma votação em que acabou sendo derrotada a proposta de revisão das alianças nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O que sobrava era a dignidade de não aceitar. Mais uma vez a Executiva do Diretório Regional se reuniu e decidiu recomendar que todos os candidatos até então deveriam renunciar. Heloísa Helena e outros dirigentes partidários, que eram candidatos, seguiram essa orientação. Outros preferiram a cantilena fácil do pragmatismo eleitoral e sucumbiram aos ditames de uma parte da Direção Nacional, mantendo as suas candidaturas.

Verdades e mentiras sobre 1998

A principal delas, que vem sendo “atacada” pela mídia é a de que o PT/AL e a senadora Heloísa Helena teriam participado de uma coligação em 1998, onde constava o hoje deputado federal João Caldas e outros políticos que atualmente estão no PL de Alagoas. Na época, o deputado João Caldas era filiado ao minúsculo PMN e tinha sido deputado estadual junto com Heloísa.

O ano é 1997, Heloísa Helena, então deputada estadual, se firmava como a grande expressão dos trabalhadores e oprimidos do Estado, sendo líder política do movimento que ficou conhecido como “17 de julho”, onde milhares de alagoanos foram às ruas para retirar o então governador Divaldo Suruagy do poder.

No ano seguinte, 1998, entra em jogo a disputa para o Governo do Estado. Ronaldo Lessa, prefeito de Maceió é apontado como candidato, cabendo ao PT a indicação de Heloísa para disputar uma vaga no Senado. Como candidato majoritário, Ronaldo Lessa (PSB) passou a articular uma aliança com vários pequenos partidos políticos, inclusive o PMN do deputado João Caldas. Nessa composição política de coligação, Heloísa se posicionou em vários momentos contrária à presença de algumas figuras desqualificadas politicamente. Infelizmente, até por não ter o controle da coligação global, acabou sendo voto vencido.

Ronaldo Lessa venceu as eleições e passou a governar. O PT participou do Gover-

no durante um ano, deixando-o por discordar frontalmente dos rumos dados e dos acordos espúrios realizados na política de Governo, na Administração e na condução dos destinos do Estado.

Durante os últimos três anos, passando pela eleição de 2000, o PT tem sido oposição programática e de rua ao Governo de Ronaldo Lessa e seus aliados de ocasião. Lançou candidato a prefeito o deputado Paulo Fernando dos Santos, o Paulão. Nesta ocasião aparece mais uma vez o deputado João Caldas, também candidato a prefeito, no que ficou conhecido como a eleição do “caminhão”. João Caldas, que havia sido patrocinado na sua candidatura a deputado federal pelo empresário e usineiro Carlos Lyra, funcionou como “laranja” da candidata Kátia Born (PSB) sendo protagonista de cenas de bizarros programas políticos, atacando o candidato Régis Cavalcante (PPS) como usuário também do esquema do usineiro Carlos Lyra, através da aquisição de um caminhão de som, cuja denúncia nunca foi provada. Essa onda de denunciismo, praticada pelo então candidato João Caldas, culminou com a derrota

oprimidos em geral. Certamente, se o amadurecimento político de hoje fosse o de 1998, não haveria palanque possível com João Caldas e seus seguidores.

Possibilidades em Alagoas

Imagine uma senadora censurada por praticamente todos os veículos de comunicação do seu Estado e mesmo assim figurando em várias pesquisas como competitiva, podendo crescer enormemente durante o período eleitoral.

Imagine um Governo do Estado que usa cerca de 60 inserções de um minuto de propaganda em todas as emissoras de televisão do Estado, tem a máquina administrativa e tantos outros recursos possíveis e imagináveis para aparecer, mas mesmo assim não consegue disparar, tendo estado em empate técnico durante meses com Heloísa Helena, de acordo com essas mesmas pesquisas.

Imagine ainda que surge no cenário político a figura do ex-presidente Fernando Collor de Mello e que, mesmo as-



do candidato Régis Cavalcante, que disputou o segundo turno da eleição com Kátia Born.

Pois bem, em pelo menos três episódios políticos recentes da política alagoana o deputado João Caldas figura como ator de fatos marcantes, cujo desenrolar foi a derrota eleitoral do projeto da esquerda local e a sobrevivência de um esquema de acordos políticos nos mesmos moldes dos realizados por governos passados (ARENA, PDS, PMDB) de onde, na verdade, provém, o deputado João Caldas.

O PT e a senadora Heloísa Helena aprenderam com o tempo, garantindo acúmulo de experiência, para saber que o pragmatismo político-eleitoral não é o melhor conselheiro quando se trata de defender os interesses dos trabalhadores e dos

sim, Heloísa Helena continua no páreo, tendo grande chances de polarizar a votação, indo ao segundo turno e vencendo o ex-presidente por meio de um movimento nacional reeditando o “Fora Collor”.

Por que Heloísa e não Ronaldo para essa polarização? Muito simples, Heloísa teria arrojo, independência e coragem para disputar tete a tete com o ex-presidente. Já no caso do Governador Ronaldo Lessa, há muitas dúvidas. Principalmente, pelo fato de que pouco tempo atrás o ex-presidente Fernando Collor tinha no Governo de Lessa um secretário indicado por ele, além de outros cargos comissionados e de “confiança”. Sem falar que a aliança de Lessa e Collor foi configurada desde a eleição do primeiro para o Governo do Estado.

Ou seja, Heloísa Helena, de acordo com

O PT e a senadora Heloísa Helena aprenderam com o tempo que o pragmatismo político-eleitoral não é o melhor conselheiro quando se trata de defender os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos em geral.

Gilberto Freire

os mais experientes analistas políticos seria a figura ideal para polarizar com Fernando Collor, formando uma frente de democratas e combatentes da esquerda, capaz de dar visibilidade nacional para esta disputa em Alagoas. A mulher que detonou com Antonio Carlos Magalhães teria mais uma grande empreitada pela frente: anular de vez as aspirações faraônicas de Collor de um dia disputar novamente a Presidência da República.

Para concluir seria interessante apresentar um a um os membros do PL de Alagoas. Eis a lista:

João Caldas - deputado federal financiado pelo dinheiro do usineiro Carlos Lyra, de quem deve a cabeça e os votos dados no Congresso Nacional. Protagonista de vários episódios, no mínimo polêmicos, que vão de acordos eleitorais com interesse puramente pessoal até envolvimento em escândalos de desvio de recursos durante sua passagem pela Secretaria de Agricultura do Estado, quando do Governo Geraldo Bulhões, cuja ação está tramitando na Justiça.

Celso Luiz - deputado estadual citado no relatório da CPI do Narcotráfico, quando da sua passagem por Alagoas. Aliado de Ronaldo Lessa durante o atual Governo, detentor da indicação do diretor do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e primo do ex-presidente Fernando Collor.

Júnior Leão - deputado estadual também citado no relatório da CPI do Narcotráfico e respondendo a processo de malversação de recursos quando da sua passagem pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. **Isnaldo Bulhões Júnior** - deputado estadual, sobrinho do ex-governador Geraldo Bulhões, aliado político do ex-presidente Fernando Collor e filho do ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Gilvan Barros - deputado estadual integrante da oligarquia interiorana, aliado do Governador Ronaldo Lessa e *collorido* por convicção.

Moacir Andrade - ex-governador, quando Collor teve que assumir a Presidência da República em 1990. Responsável por um Governo anti-popular, aliado de Fernando Collor. ■

Gilberto Freire é professor de sociologia e militante do PT.

As ELEIÇÕES E O "RISCO BRASIL"

Mais uma vez, o debate econômico é central nas eleições brasileiras. Como em 1998, a questão é a da instabilidade e da crise que pode se agravar. A diferença agora é que, como as possibilidades de vitória da oposição, especialmente de Lula, são muito maiores, está havendo uma enorme chantagem dos mercados e de seus porta-vozes, buscando garantias de que o novo governo, seja qual for, manterá os fundamentos da política econômica atual. Segundo o ponto de vista dos mercados, a causa da instabilidade seria o risco de o novo governo abandonar o "caminho correto" que estaria sendo seguido. Mesmo chamando a atenção, correlatamente, para a responsabilidade do governo pelo desencadeamento da crise, Lula tem aceitado em grande medida esta chantagem.

As duas matérias que se seguem tratam deste debate. A primeira analisa as razões da instabilidade. A segunda, propõe uma maneira de enfrentar a chantagem dos mercados fundamentalmente diferente da que está sendo seguida pelos candidatos (e pelo governo). Com sua publicação, o objetivo do *Em Tempo* é contribuir para o início de um debate imprescindível.

Debate com João Machado
e Carlos Schmidt



SALVADOR DALÍ, O RISCO BRASIL, 1938

sil tem precisado a cada ano de cerca de 50 bilhões de dólares de dinheiro estrangeiro para fechar suas contas, o que significa quase um bilhão de dólares por semana. Mais da metade desta necessidade corresponde ao refinanciamento das amortizações da dívida (isto é, à rolagem da dívida; em 2001, estes refinanciamentos chegaram a 35 bilhões de dólares). O déficit em transações correntes tem pesado um pouco menos: inclui cerca de 15 bilhões de dólares de pagamento de juros da dívida externa e cerca de 5 bilhões de dólares de remessas de lucros, medidos ambos ao ano. No primeiro mandato de FHC, a balança comercial negativa também pesava muito.

Um déficit anual de cerca de 20 bilhões de dólares em transações correntes significa que o passivo externo do país aumenta neste montante a cada ano. Este conceito inclui tanto a dívida externa propriamente dita, quanto a posse de ativos brasileiros—empresas, incluindo a propriedade de ações negociadas em Bolsa—por parte de estrangeiros (ou residentes no exterior). Entre 1995 e 2001, o aumento do passivo externo brasileiro foi da ordem de 180 bilhões de dólares, como revela a soma dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos.

O aumento da dependência é uma das razões da constituição de um outro ponto vulnerável da economia brasileira: o crescimento da dívida pública interna. Ele se explica principalmente pelo altíssimo nível da taxa de juro no Brasil, que se deve fundamentalmente à necessidade de atrair dinheiro do exterior e de impedir um crescimento significativo da economia (isto mesmo: a elevada dependência externa tem levado o governo, recorrentemente, a conter o crescimento da economia. O crescimento tende a provocar o aumento das importações e, portanto, a prejudicar o desempenho da balança comercial. Além dos juros altos, outra razão do crescimento da dívida pública interna foi o atrelamento de parte dela à taxa de câmbio, cada desvalorização do real a eleva.

A dívida líquida do setor público como

um todo passou de menos de 30% do PIB, em 1994, para cerca de 56% hoje. Para isto, aliás, o raquítico crescimento da economia brasileira nos anos FHC também contribuiu.

A crise internacional

Precisar de quase um bilhão de dólares por semana de dinheiro estrangeiro implica, é claro, ficar na dependência da disponibilidade internacional de dinheiro. E isto, como todos sabem agora, é algo que não tem havido nos últimos meses, e que dificilmente haverá nos próximos.

A razão principal disto é a crise do mercado de ações dos Estados Unidos. Os aplicadores financeiros daquele país têm sido confrontados com a descoberta de uma lista de fraudes escandalosas: *Enron*, *WorldCom*, *Xerox*, *Merck*. Isto, naturalmente, gera uma grande desconfiança, que não se limita à desconfiança nas corporações norte-americanas. Os aplicadores pensam que se está assim no país líder da economia mundial, deve estar pior nos outros. Este juízo é muito duvidoso: é perfeitamente possível que os Estados Unidos tenham se transformado no centro internacional das fraudes corporativas. Mas, a consequência é de, qualquer maneira, que o dinheiro fica mais arisco para o mundo todo.

Também a crise da Argentina (e de outros países latino-americanos) repercute sobre o Brasil. Além disto, a economia internacional dificulta o aumento das exportações brasileiras. Em resumo, o agravamento da situação da economia mundial é uma segunda razão da instabilidade econômica atual.

Baixo crescimento econômico

Falar em baixo crescimento da economia já é, de certa maneira, falar de um aspecto da crise. Mas há um sentido importante em que a degradação das perspectivas da economia brasileira para este ano é

anterior à crise atual: ela começou antes do aumento da instabilidade, da elevação do "risco-país" e do dólar.

De fato, a reversão do otimismo, que o governo alimentava para a economia começou já em 2001, como consequência, em particular, da crise energética. Para 2002, havia a idéia de que a situação da economia estaria melhor. Mas um quadro mais favorável dependia, de forma, crucial da situação internacional, e pelo menos por duas razões: a) um cenário favorável na economia mundial favoreceria o aumento das exportações; b) favoreceria um financiamento mais tranquilo das obrigações internacionais (ou seja, conseguir o já citado bilhão de dólares por semana) e, a partir daí, tornaria possível uma redução da taxa de juros brasileira. Mais exportações e taxas de juros mais baixas permitiriam um crescimento maior da economia, facilitando com isto a administração da dívida interna (o crescimento da economia leva ao aumento da arrecadação tributária e torna mais fácil a obtenção de superávit primário).

Sem maiores exportações e sem tranquilidade na rolagem da dívida externa, um crescimento mais significativo da economia torna-se perigoso, pois leva, como já vimos, ao aumento das importações, e portanto, do déficit em transações correntes.

Peculiaridades do "risco Brasil"

Como a elevação do chamado "risco Brasil" é um dos elementos centrais da crise brasileira atual, é importante avaliar rapidamente seu funcionamento e seu significado.

Este "risco" é definido a partir de um cálculo simples: é a diferença entre as taxas de juros pagas por títulos da dívida brasileira transacionados externamente, denominados portanto em dólar, e a taxa paga pelos títulos do governo americano, considerados os títulos de risco mais baixo (para efeito deste cálculo, o "risco país" dos EUA é portanto definido como zero). A suposi-

Resultado da política de FHC: aumento da dependência

A razão mais importante é a economia brasileira ter se tornado, ao longo dos anos FHC, mais dependente do que antes. Esta dependência se expressa de modo claro na situação do balanço de pagamentos: o Bra-

ção é de que esta diferença é explicada pelo maior risco dos títulos brasileiros — risco interpretado como possibilidade de “calote”.

Mas as taxas de juros dos títulos brasileiros, denominados em dólar, se relaciona com a taxa de juros dos demais títulos da dívida pública brasileiros. Isto nos leva a um ponto fundamental: parte do “risco Brasil” é consequência da política monetária brasileira, e não das incertezas fundamentais sobre a capacidade de pagamento da dívida ou sobre a postura do futuro governo. As barbeiragens que o Banco Central fez entre maio e junho acentuaram esta influência negativa.

Por outro lado, como o aumento deste “risco” torna mais difícil e mais caro para o país conseguir dinheiro externo, esse aumento que é consequência da política monetária brasileira leva ao aumento do risco da insolvência externa. Ou seja, em parte a possibilidade de “calote” aumenta como consequência do “risco Brasil”, e não ao contrário.

Tudo o que foi dito até aqui chama a atenção para o fato de que as incertezas as-

sociadas aos resultados das eleições não são a razão principal da instabilidade atual. Todos os elementos apontados acima, principalmente o primeiro — o agravamento da dependência — são mais importantes.

O efeito das eleições

Dito isto, não podemos deixar de reconhecer que a possível eleição de um presidente mais comprometido com o povo do que com os “mercados” não agrada, e não pode agradar, ao capital financeiro. Seria espantoso que uma boa posição do Lula nas pesquisas fosse bem recebida: é natural que os “mercados” se preocupem.

Além disto, duas coisas reforçaram a instabilidade. Em primeiro lugar, o governo brasileiro e o seu candidato jogaram com estes sentimentos negativos, apontando os riscos envolvidos numa possível vitória do Lula. Fizaram “terrorismo econômico”. Seu objetivo era bem claro: convencer aos eleitores que o mais prudente é votar em Serra.

Em segundo lugar, os porta-vozes dos mercados também fazem terrorismo para pressionar os eleitores e para, ademais, chantagear os candidatos de oposição, cobrando deles o máximo de garantias de que respeitarão os interesses da burguesia em geral e do capital financeiro, em particular.

Em conclusão: a instabilidade atual não se explica fundamentalmente pelas eleições — sua razão fundamental é a política de dependência externa e endividamento do governo FHC. Mas, as eleições, o risco de derrota do candidato da situação, o “terrorismo econômico” contribuem para agravá-la.

Mais instabilidade leva à elevação dos juros, o que acentua a instabilidade. A partir daí, as coisas se complicam. Alguns economistas (inclusive no campo conservador) têm dito que, mesmo com uma vitória do candidato do governo, será inevitável uma “reestruturação da dívida externa” — eufemismo para dizer que ela não poderá ser paga nos termos atuais. Pode ser que tenham razão, e de qualquer maneira os mercados podem forçar esta situação, ainda que

ela não seja tecnicamente inevitável.

É claro que uma situação de impossibilidade de continuar com os pagamentos “normais” é maior com uma vitória da oposição, pois ela contará com menor boa vontade dos “mercados”.

A tentativa da candidatura Lula, de tentar reduzir a instabilidade dando garantias de que respeitará os contratos, pouco adianta diante disto. O que os mercados realmente querem de Lula é que retire sua candidatura ou perca as eleições. Para fazer a política dos mercados, Lula não é um bom candidato. E se, diante da sua vitória, eles derem ao novo governo o dinheiro necessário — um bilhão de dólares por semana —, será a um custo altíssimo, exigindo políticas tão ou mais antipopulares que as do governo FHC.

Isto nos leva à questão: o que deveria fazer a oposição e, especialmente, a candidatura Lula? Esta é uma discussão que precisa ser feita, partindo de uma avaliação realista da situação, e com clareza de quais são os seus compromissos fundamentais. ■

“NÃO PAGAREMOS A DÍVIDA COM A FOME DO POVO”

A afirmação do título, feita pelo conservador Tancredo Neves após sua eleição no colégio eleitoral em 1985, não causou *frisson* nos mercados financeiros internacionais nem estabeleceu uma crise de relação com o Brasil. Por outro lado, a simples possibilidade de vitória de Lula, somada a outros elementos causadores de turbulência, está abrindo uma crise sem precedentes, que pode levar à insolvência do País diante de seus devedores.

O candidato presidencial petista, assim como os tenores econômicos do partido, vem multiplicando declarações inócuas de observância aos critérios de sustentabilidade macro-econômica preconizados pelo FMI. O que mudou de um momento para outro? Por que a bravata nacionalista do dr. Tancredo não causou impacto, e o “bom comportamento” de Lula não convence?

Dois pesos e duas medidas

Em primeiro lugar, as características da economia na época eram muito diferentes. A economia era fechada, a dívida menor, o governo controlava o câmbio, o dr. Tancredo era reconhecido como conservador e a opinião pública brasileira e mundial não tinham ainda, na sua maioria, a idéia de que a única alternativa para tratar destas questões era o respeito aos “fundamentos” estabelecidos pelo FMI.

Desta forma, a simples leitura do documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil: Lula 2002”, ainda que muito mais “moderado” que os seus predecessores, apresenta diretrizes absolutamente inaceitáveis para o mercado.

Esta arrogância das finanças nacional e internacional se sustenta, em grande parte, na vulnerabilidade gerada pela arquitetura do Plano Real que, junto com a pequena margem de independência econômica, alienou nossa independência política. A continuar este cenário, Soros, o mega-especulador, terá razão: o mercado vai impor Serra.

A hipótese de Lula assumir o programa de Serra, de ajuste estrutural (respeito a contratos, metas de superávit primário etc), não será suficiente para acalmar o mercado e o Brasil. Como conseguir cerca de 50 bilhões de dólares por ano para financiar o déficit externo, se os fluxos de capital externo forem interrompidos? Lembremos que a Argentina, com o Menem ou De La Rúa, assumiu a política do FMI e teve a sorte que sabemos.

Preparar o terreno

O pior dos mundos seria iniciar o processo de enfrentamento, se este ocorrer, com as reservas cambiais a zero e com a



guarda baixa. Isto é, durante toda a campanha eleitoral, Lula dirá que o mercado entenderá que não queremos ruptura e depois precisará mobilizar a sociedade para o enfrentamento e para aceitar as restrições decorrentes deste.

Assim, se não resta saída por estas vias, é necessário inverter completamente a lógica, partindo da evidência de que a via da negociação com o grande capital financeiro está sendo inviabilizada. Além disso, pelo rumo dos acontecimentos, a própria economia nacional, no sentido de atendimento das necessidades dos brasileiros, está sendo inviabilizada e é, portanto, necessário reagir. O PT deve convocar a sociedade para exigir do atual governo providências que evitem o caos econômico e social e o rompimento da ordem democrática (pois é disso que se trata: a alternância, não de pessoas mas de programas de governo, não é permitida). Desta mesma forma, o PT propõe um programa de urgência para enfrentar a situação.

Propostas

A seguir vem um conjunto de propostas para a discussão e que, evidentemente, não esgotam a questão, mas procuram coerentemente inverter a lógica atual para enfrentar uma situação de emergência, pois é disso que se trata. Não pretendem constituir um programa de conjunto, como o texto das Diretrizes:

1º - Centralização do câmbio e do movimento de capitais evitando que as reservas cambiais fiquem abaixo de um nível a ser fixado, que garanta, no curto prazo, as

importações mais essenciais.

2º - Suspensão do pagamento da dívida quando este nível for atingido.

3º - Utilização de parte do superávit primário existente para financiar substituição de importações.

4º - Controle do comércio externo, buscando acordos bilaterais para atender as necessidades mais urgentes.

5º - Administração, pelo governo, dos estoques de produtos importados, para evitar especulação.

6º - Controle de preços para evitar a retomada da inflação (controle facilitado pela pequena dispersão de preços relativos).

7º - Iniciar imediatamente, com recursos do superávit primário, um programa de combate à fome. Este programa teria o triplo objetivo: a) enfrentar um problema inadiável; b) ganhar o apoio da população para eventuais restrições, decorrentes das medidas anteriores; e c) legitimar em nível internacional essas medidas emergenciais.

8º - A dívida interna deve ter tratamento distinto. Sua suspensão pode gerar graves problemas que vão da corrida bancária à penalização dos pequenos poupadores e correntistas (seria um curralito). Esta dívida pode ser paulatinamente reciclada com taxas de juros menores, usando-se recursos de compulsórios e também dos depósitos (em reais) das empresas devedoras dos credores internacionais, uma vez que estes recursos não seriam convertidos em divisas e remetidos para o exterior (item 2). O mesmo ocorreria com a dívida pública externa. Num primeiro momento, frente à desconfiança do mercado, a rolagem pode ter prazos encurtados (temos a experiência do *over night*).

9º - Iniciar imediatamente uma campanha internacional, junto com outros países devedores no sentido do equacionamento de problemas das dívidas em conjunto, de forma a evitar o aprofundamento da crise geral, criando bases de novas relações internacionais.

Espaços a serem ampliados

O movimento antimundialização liberal, os escândalos do mercado acionário americano, envolvendo empresas como *Enron* e *World.com*, mostram um processo efetivo de perda de legitimidade do fundamentalismo do mercado. Além disso, começam a aparecer atores, em carne e osso, que se valem da ingenuidade de pequenos investidores e da manipulação de empresas de consultoria. Isto significa que existe um espaço a ser ampliado, de contestação da ordem neoliberal e que pode servir à implementação das políticas alternativas que estamos propondo.

Outro elemento importante são as dificuldades impostas pelo hegemonismo americano às economias desenvolvidas em geral. A este respeito, é elucidativa a entrevista de Charles Edelstenne, presidente da Dassault-Aviation (*Carta Capital*, de 26/6/2002). Nesta entrevista, aparece a truculência comercial americana e a disposição de seus concorrentes de fazerem concessões, inclusive de transferência de tecnologia e parcerias, para obter mercados. Seguramente existe um espaço a ser explorado junto a europeus, japoneses e outros.

Difícilmente, o governo atual aceitaria a implementação destas propostas que deveriam ser apresentadas e compartilhadas também por entidades da sociedade civil, e acompanhadas de mobilizações da sociedade.

No caso de sua não implementação, se teria o movimento social armado para, no caso de uma vitória de esquerda, ter condições de enfrentar a crise e de implementar um programa democrático-popular.

A condução atual do PT reforça o imobilismo e pode levar a duas situações: uma vitória da direita num quadro de crise aprofundada, levando a um agravamento brutal da miséria, exclusão e violência. Outra é a vitória da esquerda com sua base de apoio desmobilizada e, o que é pior, com a perspectiva de aplicação de um programa de austeridade que também reforçaria a miséria e a exclusão, causando desesperança e sepultando por décadas as mudanças que tanto queremos.

Afinal, quem deve definir as eleições? O mercado (eufemismo para os grandes capitalistas nacionais e internacionais) ou o povo brasileiro? ■

Carlos Schmidt é professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs.

CUT DECIDE APOIAR LULA

Coerente com a idéia de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, o programa da candidatura Lula deve incorporar no centro temas relativos à soberania nacional, combate ao poder imperial e apoio à construção de uma nova ordem internacional.

Rafael Freire e Rosane Silva

Uma das decisões mais importantes da 10ª Plenária Nacional da CUT foi o apoio à candidatura Lula a presidente da República. As eleições quase gerais de 2002 são as primeiras que acontecem num cenário de profundo desgaste do projeto neoliberal, que perde credibilidade em todo o mundo e também no Brasil. Combinado com o crescimento da resistência e a retomada das lutas populares abre-se uma lacuna para os setores democrático e popular do Brasil passarem à ofensiva e impor uma derrota do bloco no poder.

Um fato novo na trajetória da CUT

A decisão da CUT de apoiar uma candidatura presidencial já no primeiro turno é inédito, mas a CUT nunca esteve alheia às disputas políticas, inclusive eleitorais. Sua história está profundamente vinculada com o processo social e político brasileiro e sua própria origem faz parte de um amplo e poderoso movimento social, no final dos anos 70 e início dos 80, que foi decisivo para a redemocratização e que reconfigurou o padrão da luta de classes no país.

O envolvimento político do sindicalismo cutista se assenta no compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, e sua participação na transformação social é concebida por meio de alianças com outros setores sociais. Ao fazer isso, a CUT demarca campos políticos e prioriza a construção de alianças sociais com os setores democráticos e populares, com movimentos, entidades e partidos políticos que resistem ao neoliberalismo, que se opõem ao governo FHC. É assim que a Central vem atuando, por exemplo, no Fórum Nacional de Lutas e no interior do Fórum Social Mundial.

É essa compreensão que tem levado a CUT e seus sindicatos a apoiar candidatos(as) de partidos de esquerda nas eleições proporcionais e majoritárias. Baseada em compromissos programáticos.

A novidade decorre do fato de que nas

eleições anteriores a CUT no primeiro turno apenas manifestou apoio genérico às candidaturas do campo da classe trabalhadora. Em 1994, a grande maioria dos delegados e delegadas ao 5º CONCURTO subcreveu um manifesto de sindicalistas de apoio à candidatura Lula. Com sua ida para o segundo turno, aí então a CUT decidiu pelo apoio a Lula.

O papel da CUT nas eleições

Entretanto, o apoio à candidatura Lula não significa que a CUT deva integrar coalizões eleitorais. Nesse cenário, a CUT, sem abrir mão de sua autonomia na campanha e em um possível governo, deve apoiar a candidatura Lula a presidente, apoiada num programa que incorpore propostas de profunda alteração na vida da classe trabalhadora. O papel da CUT e das demais organizações sociais do campo popular é o de mostrar à população que, nas eleições quase gerais de 2002, se expressa uma disputa de projetos para o país e que, por meio da candidatura Lula, as forças democráticas e populares têm chances reais de conquistar o governo central do Brasil e abrir caminhos à disputa pelo poder.

As lutas sociais e políticas não se restringem à disputa eleitoral, e as próprias possibilidades de vitória dependem do que a CUT e os movimentos sociais forem capazes de acumular no desenvolvimento das lutas nas diversas frentes.

Apesar do PL

A decisão majoritária da Direção Nacional do PT de compor uma aliança com o PL não altera a avaliação política, que levou a CUT Socialista e Democrática a defender e a plenária da CUT a apoiar a can-

didatura Lula. A CUT e seus sindicatos devem reafirmar o apoio a Lula e se envolver na campanha. Entretanto, a política de alianças aprovada traz novas e graves contradições para a campanha Lula, além de novos desafios para a atuação da CUT na campanha.

O PL expressa uma visão conservadora e reacionária no tema das liberdades individuais. São públicas as posições do PL contra o direito ao aborto, o não reconhecimento do direito à livre orientação sexual e ao projeto de lei que prevê a união civil de homossexuais. Não dá para construir um Brasil decente em conjunto com setores vinculados ao crime organizado, ao narcotráfico e envolvidos em escândalos de desvio de recursos públicos, como é o caso de parlamentares do PL de Alagoas. Essas incompatibilidades política, ética e moral levaram, inclusive, que a senadora Heloísa Helena, numa atitude corajosa e coerente, renunciasse à sua candidatura ao governo do Estado de Alagoas—com grandes chances de vitória. Tal decisão encontra nossa total solidariedade.

A defesa da ALCA, feita publicamente por José de Alencar (o vice de Lula) e da flexibilização dos direitos dos trabalhadores, cujo porta-voz é o fundador do sindicalismo neoliberal—Antonio Medeiros, presidente do PL-SP—, revelam uma profunda contradição com dois dos temas centrais da agenda da CUT e dos movimentos sociais.

Essas contradições reforçam a importância da CUT reafirmar sua autonomia e defender na campanha um programa que aponte para a superação do padrão de desenvolvimento, das estruturas sociais e das relações políticas que há séculos vêm condenando o País à tutela do imperialismo, a crises econômicas, a impasses institucionais e autoritarismos periódicos.

Nessa disputa, a classe trabalhadora reivindica a ruptura com a dependência

econômica externa, uma política econômica orientada a recuperar salários e empregos, uma política de reforma agrária e agrícola, de implantação de mecanismos de democracia direta, o combate à monopolização dos meios de comunicação por capitais privados etc. As experiências de administrações municipais e estaduais de partidos de esquerda demonstram a viabilidade de uma parcela dessas propostas. Assim também são fundamentais as lutas de massas desenvolvidas pela CUT, MST, a CMP - Central de Movimentos Populares, pela Marcha Mundial das Mulheres e as ações de resistência ao neoliberalismo, como o Fórum Social Mundial.

A síntese coerente destas experiências é possível apenas com base em uma proposta clara de transformação do Estado brasileiro, segundo princípios democráticos de inspiração socialista, isto é, assentada na garantia e na ampliação dos direitos, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis e na constituição de uma esfera pública estruturada por processos de democracia direta e participativa.

Formulada para um país da periferia, o programa que dá sustentação à candidatura Lula deve incorporar em seu centro temas relativos à soberania nacional, combate a um poder imperial e o apoio à construção de uma nova ordem internacional. Deve ser pensado no interior de uma nova cultura internacionalista, anticapitalista, incorporando uma agenda de questionamento da lógica de submissão aos mercados, apoiada nas lutas da classe trabalhadora e no Fórum Social Mundial. A recusa à ALCA deve impulsionar a retomada histórica de um projeto latino-americano independente.

Ganhar para disputar o poder

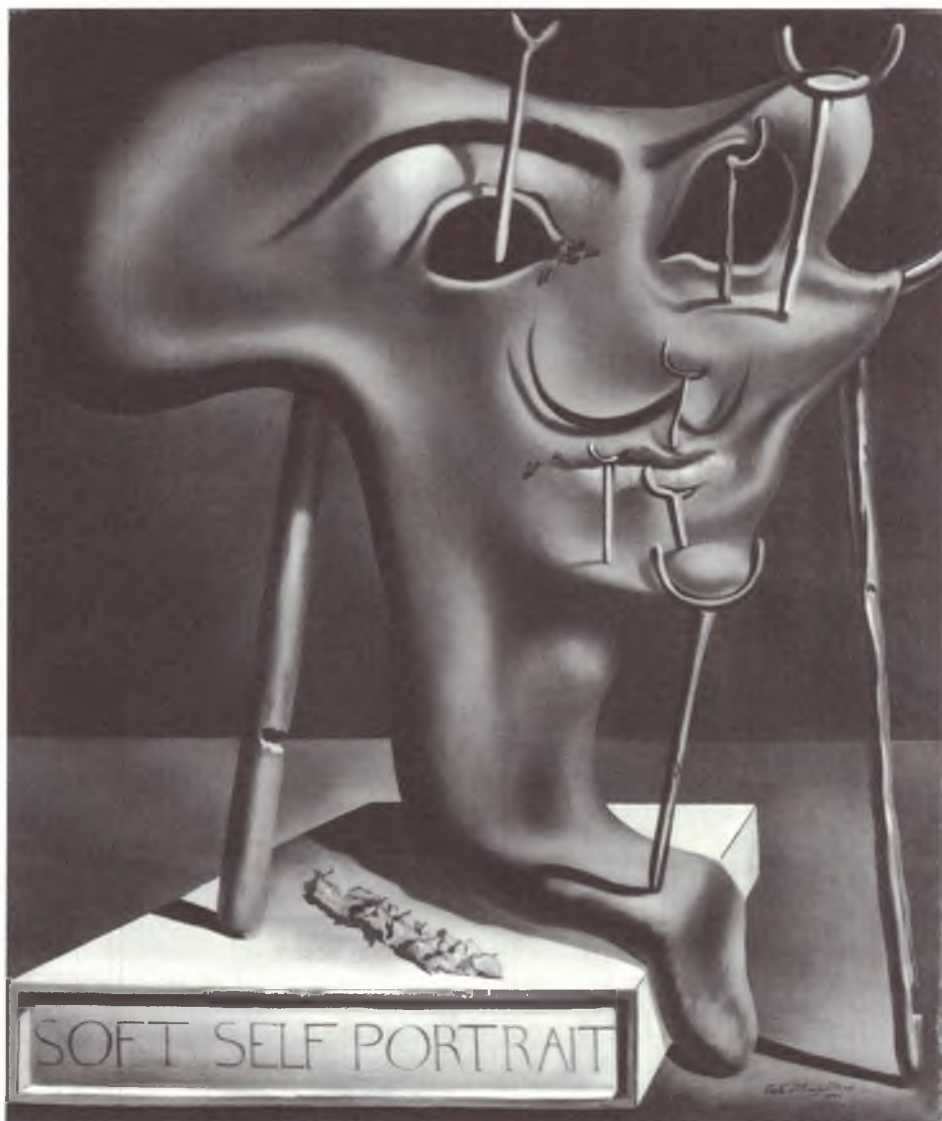
É esse programa, o principal instrumento para unir o campo democrático e popular, alargar ao máximo sua base de sustentação política e constituir um amplo movimento de massas para derrotar o bloco no poder.

A condição para uma vitória é que a candidatura Lula e seu programa sejam portadores de uma alternativa para organizar o país sobre novas bases.

A chegada ao governo central brasileiro de um novo bloco histórico—abrindo caminho para a disputa do poder na sociedade—só pode ocorrer se despertar a participação política democrática de milhões de pessoas. E este governo só sustentará seu projeto com o envolvimento direto de milhões na implantação de um conjunto de reformas de interesse popular. Este programa só poderá ser realizado em confrontação com a classe dominante, representada pelo latifúndio, oligopólios financeiros e o grande capital internacional.

Vamos travar uma batalha chave contra forças enormes, neste caso, as piores companhias são o elogio da moderação, a ilusão da conciliação, a perda de nossos valores socialistas, a falta de clareza de nossos objetivos políticos, o abandono de reivindicações populares e a perda da consciência de quem somos e do que representamos.

A CUT, símbolo da luta democrática do país e de compromisso com os interesses dos trabalhadores, precisa estimular o imaginário transformador, a autoconfiança e a iniciativa das multidões exploradas e oprimidas, coerente com a idéia de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. ■



CRISE DE DOMINAÇÃO E TERRORISMO

Dia 2 de julho, às vésperas da grande manifestação de repúdio ao assassinato de dois jovens, o presidente Duhalde anunciou a antecipação das eleições presidenciais para março de 2003. Além de um claro sinal da debilidade do regime, este movimento foi interpretado pela esquerda argentina como uma manobra do Partido Justicialista (peronismo), na medida em que são eleições apenas para presidente e vice-presidente — o atual parlamento foi eleito pouco antes da crise de dezembro de 2001. Os peronistas, majoritários no Congresso, e os radicais não estão dispostos a enfrentar eleições parlamentares em que sofreriam um duro revés. Há uma disputa no peronismo entre Duhalde e Menen, mas com a desistência de Carlos Reutemann, Menen tem grandes chances de se tornar o candidato peronista.

Dois deputados outsiders emergem como favoritos nas pesquisas: Elisa Carrió, da ARI, que rompeu com os radicais e faz do combate à corrupção sua bandeira central, e Luis Zamora, do movimento Autodeterminación y Libertad. Carrió, que tem um perfil político de centro-esquerda, surge nas pesquisas tendo entre 15% e 19%, das intenções de voto. Zamora, com um claro perfil de esquerda, aparece nas pesquisas com cerca de 10% das intenções de votos.

Carrió e Zamora afirmam que não participarão de uma eleição apenas presidencial, embora haja dúvidas se Carrió mantém sua posição. Uma eleição sem os dois careceria de toda legitimidade, sendo previsível forte abstenção e muitos votos em branco, aprofundando a crise do regime. Neste cenário, numerosas organizações sociais e políticas colocam também a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana. Luis Zamora é a figura chave da esquerda neste processo.

Mas o quadro é muito instável e além da indefinição sobre o âmbito da eleição, não é seguro sequer que o atual governo se mantenha até março de 2003. (Da redação).

Sob um inverno inclemente como poucos, desenrola-se no país uma nova onda repressiva, de características similares às de 20 de dezembro passado. Dois jovens trabalhadores desempregados, pertencentes à "Coordenadora Aníbal Verón", parte do movimento piqueteiro, foram assassinados a sangue frio pela polícia quando participavam de uma manifestação de protesto. Dezenas de feridos e detidos e a invasão da sede da Esquerda Unida e de um hospital público são parte da repressão.

Depressão econômica e resistência

A resposta popular veio uma semana depois. Na tarde de 3 de julho, sob uma chuva gelada e torrencial, uma manifestação massiva — calculada em 30 mil pessoas —, convocada por todas as frações piqueteiras, pela Central dos Trabalhadores Argentinos, por organizações sindicais pertencentes a outras centrais, assembleias populares, organizações sociais, de direitos humanos e pelos partidos de esquerda e centro-esquerda, encheram a Praça de Maio repudiando os assassinatos, exigindo o julgamento e o castigo dos culpados, reclamando o livre exercício das liberdades públicas, e terminaram chamando uma nova manifestação para 9 de julho, data da Independência Nacional.

A crise econômica, por sua extensão e profundidade, não tem antecedentes na história argentina. A projeção dos dados



oficiais mostra que o PIB cairá cerca de 15% este ano, levando a uma perda de 25,8% em cinco anos, enquanto o investimento caiu cerca de 60% no mesmo período. Iniciou-se um processo de desinvestimento e a economia afundou em um ciclo de estancamento e depressão.

Os efeitos sociais são terríveis: o desemprego chegou a 25%, enquanto o subemprego está em 23%, o que significa 7,6 milhões de pessoas com sérios problemas de trabalho. A queda estrutural dos salários, iniciada durante a hiperinflação de 1989-90, faz com que 50% dos assalariados ganhe menos de 140 dólares por mês, quando a linha de pobreza determinada oficialmente é de 180 dólares.

A combinação destes dois fatores faz com que 51,4% da população (18,2 milhões de pessoas) seja considerada pobre e, destas, 7,8 milhões indigentes, isto é, recebiam menos de 76 dólares por mês.

É a magnitude deste crime social que alimenta o movimento de resistência, corporificado nas múltiplas formas e organizações e que se vincula aos diversos partidos de esquerda e centro-esquerda existentes, que têm hoje uma crescente influência social e capacidade de mobilização.

A combinação da auto-organização e

autogestão de suas próprias necessidades, no movimento popular, vai construindo uma nova subjetividade de características complexas e diversas, cujo traço predominante é um forte processo democratizador e de independência política — a face oposta da crise de governabilidade e representação que sacode a burguesia e suas instituições.

Bloco fragmentado

Com a queda do regime de conversibilidade do peso em dólar, o bloco das classes dominantes se rompeu, e as diversas frações do capital só pressionam o governo para obter vantagens e prebendas, sem que nenhuma logre hegemonizar o conjunto para impor um programa de saída da crise. E o governo, submetido a uma forte pressão imperialista e dos organismos de crédito internacional, não consegue sustentação política alguma.

Não se trata apenas de um governo débil, nascido de uma Assembleia Legislativa repudiada pela maioria da população, e por tanto ilegítimo. É a crise dos grandes partidos do sistema, que perderam o consenso que tiveram por décadas, o que faz que a burguesia não possa hoje se mostrar diante

A palavra de ordem que unifica todas as frações do movimento social e da esquerda: "Que se vayan todos, que no quede ni uno solo" (Que vão todos, que não fique nenhum), é mais que emblemática da crise de legitimidade que corrói o regime, suas instituições e seus partidos.

Eduardo Lucita

da sociedade como "classe dirigente", e só possa fazê-lo como "classe dominante".

Quem viu com absoluta clareza esta situação, e os perigos que encerra para a dominação burguesa, foram os economistas Dornbusch e Caballero, que descartam que a ajuda do FMI resolva os problemas do país e propõem a intervenção direta de um Comitê Internacional para administrar as políticas fiscal, monetária e tributária. Esta proposta se apóia em um diagnóstico claro: "é impossível chegar a um acordo nacional, porque ninguém crê em ninguém, e não há grupo de poder que possa confiar o timão a outro para sair da crise" (*Clarín*, 5.3.02).

A palavra de ordem que unifica todas as frações do movimento social e da esquerda: "Que se vayan todos, que no quede ni uno solo" (Que vão todos, que não fique nenhum), é mais que emblemática da crise de legitimidade que corrói o regime, suas instituições e seus partidos.

As classes dominantes mantêm o controle do Estado, porém deixaram um grande vazio de poder político. E se a dominação não pode se exercer pelo consenso, só resta exercê-la por meio da coerção do Estado. Esta é a razão do retorno do terror de Estado sob a fachada de um regime democrático parlamentar.

Numerosas assembleias populares foram ameaçadas e agredidas fisicamente. Um informe anual de organismos de direitos humanos diz que no ano passado morreram em supostos enfrentamentos armados 261 civis e 78 policiais, e que quase 15% das mortes de civis foram por causas políticas (*Centro de Estudios Legales y Sociales*).

Quando as frações do peronismo e do radicalismo, encarnadas por Duhalde e por Alfonsín (que conformam o centro político) desmoronam, a centro-esquerda não mostra ainda capacidade de preencher este vazio, a direita começa a se reagrupar, e a esquerda cresce em sintonia com um movimento social que se radicaliza, a conquista da unidade popular em uma frente política e social capaz de disputar o poder vacante é ainda a grande questão pendente.

Buenos Aires, 3 de julho de 2002. ■

Eduardo Lucita é editor da revista *Cuadernos Del Sur*, Buenos Aires.

O FÓRUM SOCIAL ARGENTINO

De 22 a 25 de agosto será

realizado em Buenos Aires, um Fórum Social Mundial Temático sobre a Crise Argentina. Trata-se do primeiro grande evento do atual processo de mundialização do Fórum, articulado com a realização dos Fóruns Sociais Europeu e Asiático.

Intitulado "A crise do modelo neoliberal e os desafios para o movimento global", ele segue o modelo de Porto Alegre, com numerosas oficinas, seminários e outras atividades. Seu centro são oito grandes painéis, que ocorrerão nas noites de 23 e 24 de agosto, das 19 às 22 horas.

I. Causas e consequências da crise
a) A crise argentina no contexto do

capitalismo mundial;
b) O Estado neoliberal e a crise da democracia;
c) Neoliberalismo e hegemonia norte-americana na América Latina;
d) Mercado contra direitos sociais (título provisório);
II. Resistências e alternativas
a) Alternativas econômicas para uma saída popular para a crise;
b) Poder popular, democracia participativa e formas de desobediência civil;
c) Formas de autogestão social e propostas alternativas (título provisório);
d) Uma nova América para um novo mundo: resistências e convergências da Argentina para o movimento global.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha é uma das mais importantes articulações do movimento feminista nos últimos anos. A ação feminista significou retomar um movimento que coloca a questão de gênero e classe como co-extensivos e a necessidade de transformação global.

Nalu Farias



A Marcha Mundial das Mulheres (MMM), uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista, iniciou sua primeira etapa com uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6 mil grupos de 159 países e territórios. As manifestações de encerramento desta primeira fase da Marcha, em 17 de outubro de 2000, mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo. Na ocasião, um abaixo-assinado com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha foi entregue a ONU.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres juntou os movimentos autônomo de mulheres, popular e sindical, rural e urbano; ampliou o debate econômico entre as mulheres e as levou para as ruas. Construímos uma plataforma nacional, a “Carta das mulheres brasileiras”, que exige terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação das mulheres e soberania do país. Sem contar o combate à pobreza e à violência contra as mulheres, que continuam a ser o eixo de nossa intervenção, sempre com uma forte ação feminista e anti-capitalista na luta pela igualdade, justiça, distribuição de renda, recursos e poder.

Recomposição do movimento

A MMM se constituiu como uma das mais importantes articulações do movimento feminista nos últimos anos. Um aspecto central para essa análise é o fato de ter possibilitado uma recomposição do movimento de mulheres, a partir de uma mudança de agenda. Para isso é necessário retomar o que foi a dinâmica do movimento de mulheres no período anterior, em particular na América Latina. Muito marcado pelos debates que se seguiram após a queda do muro de Berlim e de não se reposicionar criticamente diante das políticas de ajuste e da implementação do neoliberalismo, o movimento de mulheres entrou nessa dinâmica de ser propositivo, trabalhar em parceria, colocando como um grande horizonte o estabele-

cimento de políticas públicas, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de estado vigente. Portanto, oscilando entre uma dinâmica de se fazer o possível e de considerar como grandes avanços as plataformas aprovadas nas conferências da ONU – em que pese o seu grau de generalidade e de não questionamento aos aspectos estruturantes das desigualdades. Existem diferenças de como o movimento se moveu seja na América latina, África ou Ásia, mas um dado é comum: as conferências da ONU foram os grandes espaços de confluências durante quase toda a década de 90. E podemos dizer que, enquanto o movimento de mulheres se empenhava na implementação de políticas focais e da incorporação de gênero, o mercado organizava a vida das mulheres em todos os níveis, inclusive subjetivo.

Foi com essa dinâmica que a MMM rompeu, propondo em pleno ano de Pequim + 5 (ano de avaliação da IV Conferência da Mulher) uma grande mobilização que se diferenciava deste processo, pelo método de organização e pela plataforma. Foi uma das primeiras manifestações, em nível mundial, que questionou

abertamente o neoliberalismo e propôs mudanças estruturais, questionando também o sistema capitalista em seu conjunto e não apenas sua face neoliberal. Foi, portanto, constitutiva do movimento antiglobalização iniciado com as manifestações em Seattle. Para o feminismo significou mais. Significou retomar, de forma ampla, um movimento que coloca a questão de gênero e classe como co-extensivos e a necessidade de transformação global do modelo.

A MMM também inovou ao combinar os processos de educação popular, reflexão e ação dos grupos de base de mulheres, à construção de plataformas nacionais e internacional que retomam um horizonte de transformação. A MMM foi importante para fazer o debate econômico, assunto considerado masculino, com as mulheres e fortalecer a discussão contra a violência sexista, nos grupos de mulheres organizados no interior de movimentos mistos.

Ajustes estruturais e impactos

Ainda assim, avaliamos que é preciso avançar no debate feminista comum e na

atualização da plataforma internacional. A parte que se refere ao combate à pobreza retoma reivindicações fundamentais dos movimentos sociais, como o não pagamento da dívida externa e o fim das políticas de ajuste estrutural. Precisamos atualizá-las, interpelando a OMC e os acordos de “livre comércio” que foram considerados em sua proposta inicial – o AMI, acordo multilateral de investimentos. Precisamos aprofundá-las, para avaliar os impactos destas políticas na vida das mulheres, em particular a mercantilização de seus corpos no tráfico de mulheres e turismo sexual.

Na parte que se refere ao combate à violência sexista é preciso ir além da proposição de tratados e legislações. É preciso incidir sobre o machismo, a opressão e as causas desta violência, prevenindo-a e fortalecendo a capacidade de defesa das mulheres.

É preciso ainda articular o combate à pobreza e a violência sexista, e não tratá-los como instâncias separadas que mobilizam diferentes grupos. Mastecê-los na construção de alternativas que trabalhem os campos econômico, político, social, cultural, tudo ao mesmo tempo e agora. ■

NO MUNDO

Prioridades da MMM no País

No Brasil, as mulheres que integram a MMM têm atuado na luta contra a Alca. Além de participar ativamente da Campanha brasileira contra a Alca, as representantes da MMM têm realizado oficinas destacando os impactos deste tratado na vida das mulheres, que enfatizam quatro aspectos: a perda de direitos trabalhistas e a expansão do modelos das maquiadoras; a privatização dos serviços como água, educação e saúde; o patenteamento de plantas medicinais e técnicas tradicionais de artesanato; e a mercantilização do corpo da mulher na busca por dólares via turismo sexual.

No próximo 12 de agosto, as ativistas da MMM organizam ações públicas de alerta à população e de convite às mulheres para votarem no Plebiscito da Alca, que acontecerá de 1º a 7 de setembro.

Outra iniciativa da MMM, avançando na luta de combate à pobreza e distribuição de renda, é a preparação de uma

campanha pelo aumento do salário mínimo, uma vez que a maioria das mulheres trabalhadoras recebe salários com valor de até dois mínimos. Nesse sentido, está sendo discutida a proposta de um salário mínimo de R\$ 500,00, o que corresponde a cerca de 60% do PIB per capita no Brasil. Além disso, um reajuste anual equivalente a duas vezes o crescimento do PIB, para evitar a perda de seu valor real, e associa-lo ao crescimento econômico com distribuição de renda.

Esta campanha se insere na luta por uma outra política econômica e um outro modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável e centrado na melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

50 países em Marcha

Atualmente, cerca de 50 países estão com a Marcha funcionando, realizando atividades como o 8 de Março e 28 de Maio, mobilizações em conjunto com o movimento anti-globalização, como a luta contra o G8, campanha contra a Alca, ações contra a violência sexista e o tráfico de mulheres. Um grande número de

países aguarda decisões sobre uma próxima ação internacional para reorganizar a Marcha Mundial das Mulheres em suas localidades.

De 3 a 7 de dezembro, em Nova Delhi (Índia), ocorrerá o Encontro Internacional da Marcha, quando será aprofundada a compreensão comum de feminismo; definido o plano estratégico de ação e organização; utilização mais ampla da internet para debates e troca de informações, entre outros temas. O Encontro deverá contar com pelo menos 60 países – com até três delegadas cada.

As mulheres européias estão envolvidas com o Fórum Social Europeu e pretendem a partir daí ampliar as ações da Marcha, se preparam para debater a “Constituição” da União Européia (UE), prevista para 2004. Nesta pauta, há a proposta de se apresentar uma discussão paralela de uma Carta das Mulheres e, inclusive, envolver países que não integram a UE. Manifestações pelo direito ao aborto e contra o tráfico de mulheres integrarão o documento de propostas que será discutido nas coordenações nacionais.

O VERDADEIRO SENTIDO DAS REPARAÇÕES

Matilde Ribeiro, que integra a Coordenação do Programa do Governo do PT – Lula 2002, critica a retórica do governo de FHC com relação à questão das reparações, avalia a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban (África) e comenta os eixos prioritários que dão base às diretrizes do Programa de Governo do PT/LULA 2002.

Como você avalia a III Conferência Mundial Contra o Racismo e a Discriminação Racial que a ONU realizou em Durban e seus desdobramentos?

Um momento importante, pois as conferências pautam os debates das organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo, possibilitando o intercâmbio de informações e o aprofundamento das reflexões sobre as desigualdades e possibilidades de combate e superação do racismo.

No entanto, por tratar de um tema muito controvertido na sociedade brasileira e no mundo, esta conferência foi bem mais difícil de ser “digerida” no cenário internacional, exigindo um esforço redobrado de negociação e formulação.

Esta conferência contou com a participação de 16 mil pessoas de 173 países e teve como slogan “*Unidos para combater o racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade*”. O Brasil esteve lá representado por entidades do movimento social (em especial o negro e de mulheres negras), organizações não governamentais, setores sindicais e partidários, comprometidos com a luta anti-racismo e pela democracia.

O documento oficial brasileiro, construído em alguns momentos em parceria com setores do movimento negro, apresentou importantes formulações, como o reconhecimento da responsabilidade histórica pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos, recomendando a alteração do Código Penal brasileiro, para incluir agravantes de crimes como o racismo, a xenofobia e formas correlatas de intolerância.

Como conclusão desta conferência, acordado entre os diversos países presentes, destacam-se: a escravidão considerada crime contra a humanidade; o comprometimento com a erradicação do racismo e o estímulo aos desenvolvimentos político, econômico e social da população negra – e das mulheres negras, em particular.

Como perspectiva, os setores comprometidos com a luta anti-racismo devem continuar as negociações e monitorar as maneiras de implementação das políticas de ações afirmativas e reparações.

Em Durban, assim como no espaço de debate anti-racismo do II Fórum Social Mundial “Quilombo Milton Santos e Lélia Gonzales”, o movimento negro tirou consensualmente a bandeira Reparar questões econômicas e sociais implica em inverter prioridades e lógicas políticas, e os setores políticos brasileiros não estão preparados para esta investida, pois ainda vivem os resquícios da pressuposta “democracia racial”.

O tema “reparações já!” já era uma reivindicação do movimento social. Com a III Conferência houve a intensificação do debate, principalmente no que toca à unificação de interesses de luta contra discriminação racial, fortalecendo o diálogo entre Brasil e todos os países latino-americanos.

Com este debate, após a conferência,

tem sido possível estabelecer a relação entre escravidão/tráfico e discriminação/racismo, pois antes as Américas encaravam o racismo apenas como resultado do regime escravocrata.

Esta reivindicação não é fácil de ser levada adiante, pois reparar questões econômicas e sociais implica em inverter prioridades e lógicas políticas, e os setores políticos brasileiros não estão preparados para esta investida, pois ainda vivem os resquícios da pressuposta “democracia racial”. As políticas públicas ainda tratam a questão racial como sinônimo de pobreza e com viés assistencialista.

Em vários momentos destes dois mandatos que FHC realizou, o movimento negro, juntamente com outros setores do movimento social, conseguiu inserir a discussão sobre o racismo na agenda do governo. Foi assim em 20 de novembro de 1995, na marcha a Brasília, em 22 de abril de 2000, na campanha Outros 500, e em 2001, com a III Conferência da ONU.



Qual o impacto das iniciativas de combate ao racismo do governo FHC durante os seus 8 anos de mandato?

Estas investidas do movimento anti-racismo trouxeram grandes impactos para reflexão sobre o racismo no Brasil, refletiram nas frágeis propostas do Plano Nacional de Direitos Humanos realizado por FHC no que tange a questões de eliminação do racismo; no pressuposto plano de ações afirmativas; nas ações voltadas para os remanescentes de quilombos e nas políticas de inclusão social.

No entanto, o principal projeto de interferência econômica mundial ainda não tem discussão assegurada no atual governo FHC: as reparações pelo período de escravidão da população negra nas Américas são admitidas por este governo de maneira retórica, pois o que tem sido lançado nos últimos anos foram ações fragmentadas. O governo federal formou apenas comissões ou grupos, como o Grupo de Trabalho sobre Desemprego e Ocupação

ticas de superação do racismo.

Como foram as experiências de combate ao racismo em administrações petistas?

Foram e têm sido importantes, porém ainda frágeis. É necessário avançar. Além da descentralização/priorização orçamentária e de poder para os organismos que tratam especificamente das questões raciais, é necessário haver o estímulo para que todos os setores dos governos desenvolvam programas de promoção de igualdade e justiça social.

Um dos caminhos é o desenvolvimento de programas em parceria entre as instâncias governamentais, por meio do estímulo a pesquisas e ações exemplares de combate ao racismo e à opressão de gênero, assim como o estímulo à parceria com organizações não-governamentais e com a sociedade civil, em especial aos setores vinculados ao movimento negro e de mulheres.

Quais os resultados obtidos na discussão de Programa de Governo do PT para as Eleições 2002?

(GTDEO) e o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com poucas chances de continuidade e ações propositivas.

Restará para o próximo governo a responsabilidade de efetivar este conjunto de políticas apontadas e construídas durante a última década e ampliá-las.

De que forma o PT encara a discussão anti-racismo?

Nos 22 anos de existência do PT, houve um grande investimento da militância, de teóricos negros e de aliados na luta anti-racismo. São ricas as formulações que analisam a herança da escravidão e do racismo recriado cotidianamente, assim como a condição atual dos negros.

Como parte do setor democrático em nossa sociedade, o PT incorpora a crítica à discriminação. No entanto, ainda falta muito para a incorporação da totalidade das formulações do movimento anti-racismo. Falta ainda muito para ter uma política e uma postura que engendre efetivamente as poli-

Reparar questões econômicas e sociais implica em inverter prioridades e lógicas políticas, e os setores políticos brasileiros não estão preparados para esta investida, pois ainda vivem os resquícios da pressuposta “democracia racial”.

Entrevista com Matilde Ribeiro

As diretrizes do Programa de Governo do PT/LULA 2002 tem três eixos prioritários: **Social:** Formulação da questão social, como eixo estruturante do plano de governo não pode guiar-se por políticas compensatórias; reforço de propostas e estratégias de inclusão social; o orçamento público deve ser repensado pela ótica do orçamento social (incluindo a perspectiva de políticas distributivas e de assistência social); **Nacional:** Resgate da história da construção da riqueza material e cultural do nosso país, resgatando o olhar dos trabalhadores e não apenas das elites brasileiras; fortalecimento da identidade do povo brasileiro enquanto nação; **Democracia:** Reafirmação da ética na política, como principal instrumento político do PT; perspectiva de inversão de prioridades e inclusão social; garantia da participação popular e democracia rumo a um desenvolvimento sustentável;

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) tem considerado um salto político o tratamento da questão social como principal eixo estruturante do programa de governo, o que implicará num grande esforço de elaboração política, pois isto significa a proposição de inversão de prioridades na busca de uma ruptura com a ordem vigente, na necessidade de repensar a estruturação do orçamento público, e na viabilização de propostas específicas para o enfrentamento das desigualdades raciais.

O movimento anti-racismo tem apresentado as ações afirmativas como medidas necessárias na construção do caminho para o enfrentamento da desigualdade racial, no entanto, avalia-se que para a superação do racismo, tornam-se necessárias medidas reparatórias, sob forma de políticas públicas efetivamente comprometidas com a resolução das desigualdades sociais, econômicas e culturais, impostas a população negra.

Não há, no entanto, a possibilidade de neste momento haver uma assimilação de toda a riqueza deste debate e formulação. Porém é um momento muito importante, onde o crescimento tem sido coletivo, contribuindo com a ampliação da visão política sobre a questão racial. ■

Matilde Ribeiro é professora da Faculdade de Serviço Social da FMU e do Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Entrevista realizada por Adriano Silva.

UNIVERSIDADE MADE IN...

A inclusão dos serviços de educação superior na nova rodada da OMC. É um debate central para os povos da América Latina. A liberalização do comércio de serviços dará as bases para as negociações da Área de Livre Comércio da Américas - ALCA.

Anderson de Souza Campos

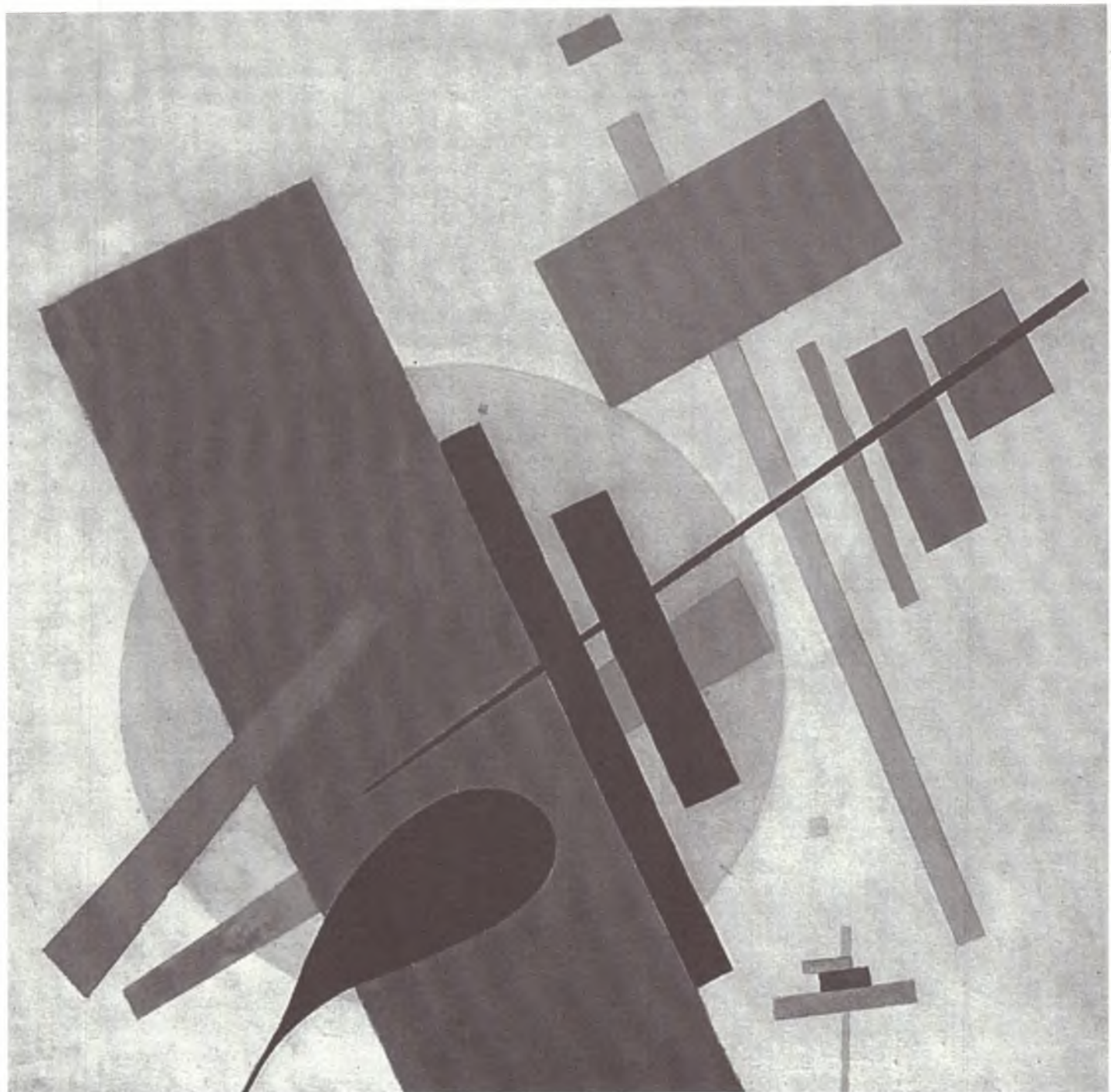
Um fôlego novo. Isto é o que apresenta as negociações para a nova rodada de liberalizações do comércio de serviços na Organização Mundial do Comércio (OMC). A reunião de Doha (novembro de 2001) incluiu os serviços educacionais como um dos setores listados no Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS, na sigla em inglês). Esse é um debate central para os povos da América Latina, uma vez que a liberalização do comércio de serviços, em âmbito internacional, baseará as negociações para a implementação da Área de Livre Comércio da Américas (ALCA).

O impacto social desta nova rodada será ainda mais arrebatador do que tem se mostrado a liberalização de comércio de bens já considerados e consolidados enquanto mercadoria. O sentido desta inclusão, ao tratar-se a educação como mercadoria, é a alienação de sua função e a afirmação de um processo, em curso bastante acelerado, de privatização da produção e do acesso ao conhecimento.

Nas negociações, será necessário atender ao comércio internacional em pelo menos duas regras básicas e fundamentais: a não discriminação de acesso a mercados e o princípio do tratamento nacional. O principal argumento utilizado para a liberação desse serviço, com o objetivo de "acalmar os mais indignados", é o de que os legisladores nacionais são livres para determinar normas e regulamentos aos mercados nacionais. Tal "liberdade" vem sendo usufruída pela maioria dos governos latino-americanos, preparando o terreno de maneira bastante avançada. O oferecimento de serviços educacionais de terceiro grau ou mesmo de formação pós-graduada, a partir de empresas internacionais, coroa o processo neoliberal de diminuição acelerada dos investimentos públicos em tal setor.

Terreno propício

O governo FHC foi promotor do maior processo de rebaixamento das políticas educacionais, de forma a adaptá-las à lógica de mercado, por meio de desregulamen-



MALEUCH, SUPERMATISM, 1916/17

tações na educação superior. O resultado imediato é o fato de 70% do setor ser um serviço privado. Os 30% restantes são responsáveis por quase toda a produção científico-tecnológica brasileira. No entanto, os cada vez mais diminutos investimentos em C&T somam-se ao fato de que os cursos de humanidades estão sendo literalmente extintos pela deliberada omissão governamental quanto à reposição de quadros docentes na área.

O recente parecer do Ministério da Educação, que flexibiliza os currículos de diversos cursos universitários, contribui para esse processo, eliminando o conhecimento inútil ao mercado, mas extremamente útil à formação da crítica e da alta qualidade da educação universitária.

A adaptação às necessidades do mercado vem sendo pressionada por meio de um sistema de avaliação implementada desde a primeira gestão do atual governo. O Exame Nacional de Cursos, o chamado *Provão*, ao mesmo tempo em que não detecta problemas reais do ensino superior e que tem sua importância basicamente midiática, colabora com a competição entre as empresas de educação, ao criar um ranqueamento com os resultados das provas aplicadas. Além disso, impõe uma padronização no sistema de ensino que exclui a pesquisa e a extensão, formatando um perfil de profissional que o mercado requer.

O desejo de abertura comercial do grande negócio que é a educação, vem acompanhado pelo argumento que tal liberalização

pode aumentar a concorrência no setor, e que isso impulsionaria a qualidade. Não podemos cair no debate acerca da proteção do mercado nacional de educação. Ao contrário, precisamos enfatizar o combate à ofensiva neoliberal de mercantilização deste direito público. Mas, é de bom tom lembrar que a concorrência entre as empresas de serviços de educação superior demonstra que a competitividade não é sinônimo de qualidade, mesmo que iniciativas como o *Provão* tentem camuflar esta realidade.

Universidade S.A.

A universidade é uma instituição que se caracteriza por unir o ensino à pesquisa. O Banco Mundial tem sido vitorioso ao ditar a regra segundo a qual as escolas da América Latina têm de ser *escolões* apenas para ensinar, pois as pesquisas devem ser produzidas pelo Primeiro Mundo.

Enquanto financiador e gestor das políticas educacionais da América Latina, da África e de parte da Ásia, o Banco Mundial funciona como um dos principais agentes do ajuste estrutural do Estado. Induz à desobrigação deste para com os serviços sociais, ocasionando privatizações através da desregulamentação, da descentralização, repassando a responsabilidade na captação de recursos. A situação brasileira é de um sistema de educação superior privatizado, por meio do ensino pago, e da redução alarmante dos investimentos públicos.

A educação possui um papel chave na disputa de hegemonia social, cultural e política. As ações das agências multilaterais de investimento, como o Banco Mundial e, mais recentemente, a OMC, compreendem esta importância e têm conseguido, com desenvoltura, instrumentalizá-la enquanto mecanismo político-ideológico do neoliberalismo.

A educação superior assume, com força cada vez maior, a reprodução da força de trabalho sob a orientação das novas competências e habilidades visando atender ao sistema de produção capitalista.

A luta do movimento estudantil e sindical latino-americano é pela reconquista da educação superior para o campo social. Combater a ALCA e a nova rodada de negociações da OMC é lutar contra o afundamento da Universidade no mercado, evitando que funcione segundo sua imagem e semelhança.

A inclusão dos serviços de educação superior na nova rodada de negociações da OMC encontrará um aliado com experiência comprovada de oito anos: o presidente FHC. Este fato só reforça ainda mais a necessidade de combater o livre comércio e a ALCA. Um outra globalização e uma outra integração são possíveis, baseadas nos princípios de solidariedade internacional e de cooperação entre os povos. Nessa luta, a educação assume uma perspectiva estratégica. E os(as) estudantes e os(as) trabalhadores(as) da educação possuem uma responsabilidade ainda maior na resistência à ditadura do lucro. É preciso barrar a ALCA! ■

A REVOLTA DOS GENES

Apesar de o tema mais evidente ligado à genética ser hoje o dos clones - vide novela e a continuação da saga de Guerra nas Estrelas -, os OGMs continuam a ser a bola da vez, pois aí estão envolvidos muitíssimos milhões de dólares e o controle sobre a produção agrícola. O debate é tão pesado, que é muito difícil não ver um texto que não seja marcado de tentativas de detrair o adversário. Poucas vezes se viu debate científico tão politizado.

Mas que é mesmo um OGM?

Como sabemos hoje, o projeto de um ser vivo é passado através da propagação de cadeias moleculares que estão nas nossas células (popularmente chamado de código genético). Este código é, na maior parte das vezes, visto como um imenso livro de receitas. Ora, alterar as receitas deste livro pode significar produzir alterações importantes no resultado final. Assim opera a Engenharia Genética: busca produzir alterações no código genético a fim de obter resultados que, em alguma medida, correspondam a interesses específicos. Muito bem, um problema que sempre preocupou a humanidade é o da produção de alimentos. "Produzir mais e melhores alimentos é uma questão chave para um mundo com fome". É uma frase de efeito, que muita gente ouve e logo apoia. Em geral, esta frase nunca vem acompanhada dos conceitos de exclusão social, má distribuição de renda, desperdício dos ricos etc, coisas de quem está meio fora de moda...



Monopólio alimentar

Pois bem, como seria bom se pudéssemos produzir alimentos que não fossem atacados por pragas, que tivessem alto rendimento. Esta é a idéia chave. Assim, ao longo dos anos têm crescido com maior intensidade a produção de novas culturas que possam ter como características as relatadas acima. No Brasil, parte importante desta pesquisa é produzida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Contudo, na maior parte do mundo esta pesquisa é conduzida por grandes empresas, que buscam dominar as tecnologias da produção destes novos organismos, patenteando-os. Desta forma, se estas culturas virem a dominar as áreas de plantio, estas empresas dominarão o cultivo e controlarão a produção de alimentos. Só esta questão já nos obriga a uma posição de extrema restrição ao cultivo destes organismos. Contudo, existem outros problemas envolvidos. O maior deles é sobre os impactos

que podem ter estes organismos no meio ambiente. A maior parte dos organismos geneticamente modificados não existiria na Natureza não fosse o produto de engenharia genética. Assim, o impacto que estas culturas pode causar é absolutamente imprevisível. Os problemas maiores que aparecem dizem respeito à propagação horizontal e vertical da carga genética, podendo levar à destruição de culturas concorrentes e mesmo ao surgimento de espécies ultraresistentes, principalmente de predadores ou de ervas daninhas.

Lavouras de menor rendimento

Um estudo levado a cabo pelos professores Rubens Nodari e Miguel Pedro Guerra, da Universidade federal de Santa Catarina, publicado nos Cadernos de Ciência e Tecnologia - v.18/p.81 (2001) -, editados pela Embrapa, levanta inúmeras questões a respeito destes problemas. Fica a questão: vale a pena correr riscos de longo prazo?

Vale a pena, como nos dizem os maiores defensores do plantio (ou criação, pois podem também ser animais os OGMs). Em estudo, o professor Nodari, em co-autoria com o professor Deonísio Destro, da Universidade Estadual de Londrina, realizado com culturas de soja transgênica, plantada no sul do país no começo deste ano, constatam que a soja transgênica tem rendimento pior do que as culturas tradicionais. Como esclarecido nas conclusões deste relatório, publicado pela agência ecológica Agir Azul, (www.agirazul.com.br) a produção das lavouras plantadas com sementes transgênicas é cerca de 40% menor do que as culturas tradicionais. Constatam os pesquisadores que, nesta marcha, os agricultores perderão suas propriedades, pois os insumos são mais caros e a renda é menor, originando prejuízos para os agricultores. Constatam também que diversos problemas de agressão ambiental, relatados em estudos anteriores, podem ser observados no estudo realizado.

Uma coisa surpreendente é que estes estudos não aparecem nas páginas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), a comissão governamental responsável pelo controle das inovações tecnológicas relacionadas à biodiversidade. Lá, o que se encontram são louvações à maravilha que são os OGMs. O que se esperaria, desta comissão, seria no mínimo uma postura crítica, suscitando o debate, buscando resguardar os interesses públicos frente ao permanente ataque das empresas agrícolas transnacionais.

Não é de se estranhar que, com esta postura, sejam comercializados alimentos que, no entender da certificação brasileira, estariam livres de transgênicos, mas de fato não estão, como mostrado em estudo realizado pelo Greenpeace e publicado em 2 de julho passado (www.greenpeace.org.br). Lá, inclusive, pode ser encontrada uma vasta lista com alimentos já com a presença de OGMs.

São, de fato, inúmeras questões envolvidas. Um debate que ainda pode ser estendido por muito tempo e requer uma quantidade enorme de pesquisas. Contudo, não há segurança sobre os resultados da ação humana na Natureza. Assim, apenas o conhecimento dos problemas e das alternativas pode nos levar a traçar rumos, se não mais seguros, pelo menos melhor compartilhados...

Américo T. Bernardes é professor de física da Universidade Federal de Ouro Preto/MG.

TIMOR LOROSAE E JANELA DA ALMA



Em cartaz dois documentários feitos por realizadores brasileiros: **Janela da Alma**, dirigido por Walter Carvalho e João Jardim, e **Timor Lorosae - O massacre que o mundo não viu**, com direção de Lucélia Santos, com propostas bastante semelhantes em termos de estética fílmica, com muitos méritos e que compensam ser assistidos, embora em alguns aspectos exagerem nas redundâncias.

Reflexão

Seguem a linha da maioria dos documentários brasileiros contemporâneos conhecida como "reflexiva". A abordagem reflexiva se pode dizer que foi inaugurada pelo cineasta Jean Rouch e Edgar Morin no filme *Crônica de um verão*, de 1960, onde os parisienses são questionados se são felizes. Neste tipo de documentário, a intervenção do autor, do cineasta, é marcada pela sua presença e pela posição que toma acerca do tema, na maioria das vezes manifestada por meio de entrevistas. Busca-se quebrar a ilusão do cinema, deixando-se claro que aquilo é apenas um filme, um discurso, não é a vida.

Registro sinalizado

A estética reflexiva foi fundamental para se contrapor à estética "observacional" identificada por uma posição quase "neutra" do realizador, onde a câmera pretende "apenas" registrar a realidade, sem intervir nela. É comum utilizar-se a seguinte expressão: enquanto no documentário observacional a câmera é a mosquinha na parede, na reflexiva a câmera é a mosca na sopa. Um documentarista que poderia ser a maior expressão da estética reflexiva no Brasil é Eduardo Coutinho. Coutinho é um exemplo de que, apesar de possuir uma postura firme, o documentarista não precisa reafirmar a todo instante sua intervenção. "A minha hipótese é a de que o documentário não forçosamente informa e muito menos educa. O documentário tem que deixar as coisas abertas para que o público pense. E, portanto, eu não estou à procura da verdade, eu estou à procura do imaginário das pessoas", disse o cineasta em entrevista concedida à revista Sinopse.

Infelizmente Lucélia Santos parece não concordar com Coutinho. *Timor Lorosae* tem o grande mérito de não fugir do debate político - como a maioria dos filmes contemporâneos brasileiros - e de trazer até nós o genocídio, mascarado pela imprensa internacional ocorrido no Timor Leste. Isto vale o filme. Entretanto, em termos de realização, trata o público quase como ignorante, onde a intervenção da diretora é constante, "explicando" as imagens que estão na tela, impedindo que os espectadores reflitam sobre o que estão assistindo. As imagens dos massacres, dos quais foi vítima a resistência timorense nos 25 anos de

ocupação indonésia, principalmente as feitas *in loco* pelo documentarista alemão Max Stahl, são duras, trágicas. A mãe chorando a morte do filho, dispensa que a diretora nos fale sobre "dor e humilhação", acabando por soar artificial e retirar boa parte da força da denúncia. Com um filme tão "explicadinho" fica a sensação de que algo fundamental não foi dito: até que ponto a intervenção internacional, que está ajudando a reconstruir o Timor, não acaba por fazer uma nova colonização? E sobre o apoio dos governos americano e britânico às atrocidades dos milicianos de Suharto, o ditador indonésio considerado por Washington o "our kind of guy", como conta Noam Chomsky?

Força na palavra

Janela da Alma, apesar de parecer menos pretensioso, também acaba por fazer uma denúncia por meio de entrevistas. "O olhar não existe mais, perdido entre o excesso de imagens que acabam por gerar a ausência das mesmas", como declara o cineasta Wim Wenders. Mais longe vai o escritor português José Saramago: "o excesso do mundo audiovisual, cada vez mais presente, acaba por atingir o máximo da realização da caverna de Platão, nada do que vemos são imagens que correspondem ao mundo, construídas e manipuladas por outros".

Este documentário, ao contrário de *"Timor..."* pode ser chamado de leve, sem a pretensão de fazer aqui um juízo de valores. Nele, assistimos a 19 depoimentos de atores, cineastas, escritores, poetas, fotógrafos, professores, políticos, músicos e artistas plásticos nacionais e internacionais; a maioria, senão todos, portadores de alguma deficiência visual, destilando reflexões peculiares, estranhas, bem humoradas, tristes, caóticas, profundas ou superficiais. Chama a atenção de que, apesar de se tratar da visão, as suas imagens no filme contam muito pouco.

Janela da Alma possui sua força na palavra, talvez porque a verdadeira janela da alma não seja a visão pura e simples, do olho - como considerou Leonardo da Vinci. E a sensibilidade das fotografias de Evgen Bavcar, o artista portador de deficiência visual total está aí para provar isto.

Para concluir é valioso observar como os documentários voltam a ocupar os circuitos de cinema, com um público que começa a ser cada vez mais fiel. Interessante, pois se imagina que os *reality shows*, formatos *Big Brother* ou *Casa dos Artistas*, acabem por satisfazer ou saturar o público da "vida como ela é". Entretanto, em sua pretensão de realidade mais parecem com ficções, onde a manipulação acaba por torná-las nada mais do que qualquer produto ou peça publicitária produzida para a televisão.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora de cinema.

O PLEBISCITO SOBRE A ALCA

O Plebiscito no Brasil, de 1º a 7 de setembro, será um momento fundamental da campanha continental para impulsionar mobilizações dentro e fora do país e demarcar claramente, no processo eleitoral, o caráter anti-popular do projeto continuista de FHC/José Serra.

Nalu Faria

JULHO
AGOSTO
2002

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

EM TEMPO

De 1º a 7 de setembro acontecerá em todo o país o Plebiscito Nacional sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Será o primeiro grande teste da capacidade dos movimentos sociais brasileiros de articular ações massivas nacionais contra esse projeto impulsionado pelo governo norte-americano, com a conivência dos demais chefes de estado do continente (exceção de Cuba).

O plebiscito é uma resposta articulada, em todo o continente americano, que foi definida na II Conferência dos Povos realizada em Quebec, em abril de 2001, convocada pela Aliança Social Continental. Se insere em uma conjuntura marcada pelas crises econômicas, sociais e políticas que atravessam diversos países latino-americanos, ao mesmo tempo que há uma agressiva política regional e internacional do governo Bush (que tem no militarismo e na guerra um dos seus pilares).

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não existe – e não deveria existir – na campanha um viés anti-norte-americano. O alvo da campanha é o governo Bush, não o povo dos EUA. Assim como nosso alvo aqui é o governo federal. E mais, organizações sociais, sindicais e ONGs desse país, estão ativamente engajadas na campanha continental contra a ALCA, denunciando como esse tratado ameaça os direitos dos trabalhadores nos EUA, assim como na América Latina.

Outros momentos chave da campanha serão: em agosto, no dia 2, a reabertura de um ato em Uruguai (RS, fronteira com Uruguai), convocado pela CUT com as centrais sindicais de Uruguai e Argentina; no dia 12, dia de mobilização das mulheres contra a ALCA, convocado pela Marcha Mundial, em diversos Estados do país; de 12 a 17, numa jornada de lutas convocada pela UNE, com entidades sindicais do setor contra a mercantilização da educação e a ALCA; em setembro, nos dias 17 e 18, um ato em Brasília para a divulgação dos resultados do plebiscito; em outubro, no dia 12, Grito dos Excluídos; de 27 a 1º de novembro, Jornadas Continentais de Luta e Resistência contra a ALCA em Quito, Equador.

O plebiscito no Brasil vai perguntar três questões fundamentais, definidas na Plenária Social que reuniu representantes dos mais diversos estados e movimentos sociais:

O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

Definida em Quito, Equador, em fins de maio passado, durante reunião da coordenação de redes e organizações que participam da campanha continental contra a ALCA, o cerne dessa pergunta é uma rejeição ao enfoque global que a ALCA provoca. Isto é, não se trata de um questionamento a um ou outro aspecto que devesse ser melhor negociado ou discutido, para o projeto como um todo. Esse entendimento foi consolidado já no referido evento de Quebec. Parte de uma análise crítica dos resultados que trouxe o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) para os três países envolvidos, em particular, para seus trabalhadores,

jovens, mulheres, comunidades indígenas etc. E é o NAFTA que serve de referência e ponto de partida para a ALCA.

A ALCA, a exemplo do NAFTA é, por um lado, um acordo de livre comércio entre países muito diferentes (onde o mais forte, os EUA, tende rapidamente a anexar economicamente os mais frágeis). Mas também pretende regulamentar toda a organização econômica dos países envolvidos no que se refere a investimentos (dando amplas liberdades aos capitais norte-americanos, que podem, inclusive, processar judicialmente governos que afetem seus interesses e serem ressarcidos financeiramente por eles), a serviços (não somente bancos e comércio, mas também a educação, a previdência, a saúde entendidos enquanto serviços, a fim de preparar o terreno para a entrada de grandes corporações multinacionais), ao funcionamento dos governos (limitando políticas de incentivo que poderiam ser destinadas a pequenos produtores locais, por exemplo), à propriedade intelectual (garantindo práticas monopólicas de empresas norte-americanas), entre outros aspectos.

A ALCA não é um projeto ruim de integração (que possa ser melhorado). Trata-se de um projeto para aprofundar e tentar dar um caráter irreversível a diversos pilares da política neoliberal, implantada no continente nas últimas duas décadas – no Brasil desde 1990.

O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

Todo o argumento neoliberal utilizado em favor da ALCA está centrado nas vantagens que o Brasil poderá usufruir ampliando suas exportações aos

EUA. No entanto, Bush tem mostrado claramente que seu governo continuará utilizando, unilateralmente, as medidas que estimar necessárias para proteger seus interesses.

Meses atrás quando o governo Bush adotou fortes medidas protecionistas contra importações de aço, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade que o Brasil se retirasse das negociações da ALCA, enquanto o executivo norte-americano não voltasse atrás de sua postura. À essa medida, Bush agregou posteriormente ainda outras no mesmo sentido – na área agrícola.

FHC tem feito alguns discursos criticando tal postura do governo norte-americano, mas a verdade é que o governo brasileiro continua negociando e aplicando o cronograma estabelecido na ALCA. Isto é, os rompantes dos discursos oficiais não têm se traduzido em medidas diplomáticas concretas. Se nem sequer quando o principal argumento do governo FHC (o acesso ao mercado norte-americano) é colocado em questão por Bush, há uma conclusão óbvia: a dupla conduta do governo brasileiro sinaliza, para Bush e os demais governos do continente, que FHC não irá mais longe disso, seus discursos públicos são apenas para consumo doméstico em período eleitoral, sem maiores consequências nas negociações.

As negociações e as posturas do governo Bush têm mostrado, suficientemente, o caráter da ALCA e a inexistência de espaços para a alteração desse conteúdo.

O governo brasileiro assume com o dos EUA, a partir de novembro próximo, a co-presidência das negociações da ALCA até a finalização do processo em 2004. Se o Brasil não fizer um gesto forte agora não terá condições políticas e morais, em nível continental, para reverter a implementação desse tratado depois.

O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – ao controle militar dos EUA?

O governo FHC vem tentando ceder o controle da Base de Alcântara (no Maranhão) para o governo Bush. O projeto tramita no Congresso Nacional e tem um parecer do deputado Waldir Pires (PT-BA), que impede a cessão da soberania sobre esse pedaço do território brasileiro. O bloco governista já está mobilizado para a aprovação da iniciativa de FHC.

Se a ALCA e outros acordos têm aumentado a presença do capital norte-americano no continente, há outras iniciativas que buscam aumentar a presença militar dos EUA. Os pretextos de Bush são diversos, no entanto o resultado é sempre o mesmo, a disseminação de bases militares norte-americanas em diversos países, aumentando neles a pressão sobre a soberania nacional e criando uma lógica de aliança estratégica que é utilizada ao sabor das necessidades do governo norte-americano.

O Plebiscito no Brasil será um momento fundamental da campanha continental. Seu êxito será um forte impulso para mobilizações aqui e em outros países. E servirá para impulsionar no processo eleitoral uma clara demarcação contra o caráter entreguista e anti-popular do projeto continuista de FHC/José Serra. Ao mesmo tempo, abrirá o espaço político para o fortalecimento, na campanha do Lula, de uma perspectiva de alternativa ao modelo neoliberal.

Nalu Faria é coordenadora da SOF e integra a Rede Economia e Feminismo.

